

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Roberta Brito de Bulhões Cascardi

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS
POSSIBILIDADES PARA MUDAR SUA REALIDADE
NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ**

TAUBATÉ - SP
2019

Roberta Brito de Bulhões Cascardi

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS
POSSIBILIDADES PARA MUDAR SUA REALIDADE
NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ**

Trabalho de Graduação apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté, sob orientação do Prof.^a Ma. Mônica Maria Nunes da Trindade Siqueira, como parte dos requisitos para obtenção do título de Assistente Social.

**TAUBATÉ – SP
2019**

SIBi - Sistema Integrado de Bibliotecas – UNITAU

C336p Cascardi, Roberta Brito de Bulhões
População em situação de rua e as possibilidades para mudar
sua realidade no município de Taubaté / Roberta Brito de Bulhões
Cascardi. -- 2019.
97 f.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Ciências Sociais e Letras e Serviço Social.
Orientação: Profa. Ma. Mônica Maria Nunes da Trindade
Siqueira, Departamento de Ciências Sociais, Letras e Serviço
Social.

1. População em situação de rua. 2. Política de Assistência
Social. 3. Direito social. I. Título.

CDD – 362.5

Roberta Brito de Bulhões Cascardi

População em situação de rua e as possibilidades para mudar sua realidade no município de Taubaté

Monografia apresentada para obtenção de diploma de Assistente Social no curso de graduação em Serviço Social da Universidade de Taubaté.

Data: 11/12/2019

Resultado: APROVADA

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador

Prof^a. Ma. Mônica Maria Nunes da Trindade Siqueira

Professor Examinador

Prof.^a Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Profissional

Carmen Lúcia David de Oliveira

Dedico este trabalho a todos que acreditam num mundo melhor!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado sabedoria, saúde e força para superar os obstáculos.

In memoriam a duas pessoas que foram muito importantes na minha vida: a minha mãe biológica, Clarice que me deu a vida, mas que, por motivos contrários a sua vontade, não pode acompanhar de forma integral meu desenvolvimento e àquela que terminou de me criar, Zenith, que sempre me incentivou a estudar, que despertou em mim o desejo de alcançar altos voos e dizia “Acredite em você!”.

Ao Marildo de forma especial e carinhosa, me deu apoio e coragem, apoiando-me nos momentos de dificuldade e comemorando comigo as vitórias alcançadas, a minha filha Evelyn pela compreensão e paciência, pois lhe dava pouca atenção, obrigada por todo carinho e amor que me dão ânimo para seguir em frente, amo vocês!

A minha amiga Ana Ramos por dividir comigo seu conhecimento, tornando-me mais crítica, por rir e dar longas gargalhadas das mesmas coisas e escutar minhas lamentações, conhecer você foi um presente.

As minhas queridas e amáveis amigas que fiz na Universidade, Ana Ramos, Luana Regina e Silmara, que dividiram comigo seu tempo para estudar na elaboração dos trabalhos em grupo para serem apresentados em sala de aula.

A professora Dra. Michele Suave que me apoiou e auxiliou na construção deste trabalho de graduação, admiro seu conhecimento e agradeço por compartilhar.

A minha orientadora Professora Ma. Mônica Maria pela disponibilidade, dedicação, compromisso e incentivo na continuidade de acompanhamento deste trabalho. Meu muito, muito obrigada por segurar minhas mãos e puxar-me para esta conquista.

As minhas três Supervisoras de Campo: Carmen Lúcia, Adriana Pacheco e Francisca Daniela, assistentes sociais que me proporcionaram uma experiência de estágio tão valorosa, fazendo-me crescer enquanto ser humano e profissional, contribuíram para minha aproximação com a realidade do fazer profissional, obrigada pelos ensinamentos, carinho e paciência.

A todos os professores, mestres e doutores que foram tão importantes na minha vida acadêmica e formação profissional, em especial as professoras, Adriana Davoli, Elisa Brisola, Juliana dos Santos, Michele Suave, Mônica Maria, Maria Lúcia e Lindamar Faermann com as quais tive o prazer de conviver e beber de seus conhecimentos.

As pessoas em situação de rua que entrevistei, por dividirem comigo suas histórias de vida, anseios, dificuldades e conquistas, me permitindo a aproximação com esta realidade.

E a todos os amigos que estiveram comigo durante essa fase, tanto nos momentos alegres, quanto nos imprevistos e dificuldades. A amizade de vocês foi importante na minha vida acadêmica e formação profissional.

Também agradeço aos funcionários da Universidade, sempre atenciosos, prestativos e simpáticos, em especial: a Neide e Márcia da secretaria, ao Josué do laboratório de Informática e a Rosa da Biblioteca que sempre me atendiam com lindo sorriso. Sempre lembrarei de vocês com muito carinho.

Enfim, meu muito obrigada a todos por fazerem parte de mais uma conquista em minha vida, pois cada dia é uma dádiva em transformar sonho em realidade.

Obrigada...

“Se você quer transformar o mundo, experimente primeiro promover o seu aperfeiçoamento pessoal e realizar inovações no seu próprio interior. ”

Dalai Lama

RESUMO

Este trabalho, “População em situação de rua e as possibilidades para mudar sua realidade no município de Taubaté”, foi o tema escolhido para pesquisa. Envolveu uma reflexão acerca das possibilidades da população em situação de rua em buscar mudanças para sua realidade, ou seja, analisar se as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua oferecem possibilidades para a efetivação do acesso aos direitos sociais no município de Taubaté. A proposta é mostrar em transparência, as dificuldades da população em situação de rua no acesso aos direitos sociais apresentando dados que comprovem a violação dos direitos. Espera-se com esta pesquisa dar maior visibilidade a essa temática, contribuir com o processo de produção do conhecimento, por parte do Serviço Social e de outras áreas relacionadas ao estudo da sociedade, além de destacar a importância em tornar a questão referente a esse grupo populacional uma prioridade nacional para atender essa demanda no campo das políticas sociais. Na metodologia foi utilizada a abordagem qualitativa e utilizada a entrevista semiestruturada para a coleta de dados. Os objetivos específicos foram: conhecer as condições socioeconômicas e culturais das pessoas em situação de rua, identificar violação dos direitos sociais vividos pela população em situação de rua e analisar se as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua oferecem possibilidades para a efetivação dos direitos sociais. Para análise dos dados partiu-se das seguintes categorias: População em Situação de Rua, Política de assistência Social e Direito Social. As hipóteses deste estudo foram: a primeira seria um espaço físico, residência coletiva no período de um ano, a segunda é capacitá-los para o mercado de trabalho e terceira seria resgatar os vínculos familiares rompidos e construir novas relações, laços do convívio social e comunitário. O primeiro capítulo abordamos a sociedade capitalista e as expressões da questão social e no segundo foi abordado sobre as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua. Como resultados deste estudo verificou-se que para os três participantes os fatores mais fortes que apareceram foram: a dificuldade em retornar ao mercado de trabalho e o uso abusivo de álcool e drogas. Percebeu-se outro dado em relação a cada objetivo específico, sendo unanime nas entrevistas as fragilidades de vínculos familiares rompidos, estar longe da família e da moradia são direitos violados. Conclui-se que a população em situação de rua até consegue acessar os mínimos dos direitos sociais, porém os cuidados básicos de higiene e alimentação não são suficientes, é necessária maior articulação entre as políticas públicas para a efetivação dos direitos sociais da população em situação de rua.

Palavras-Chaves: População em Situação de Rua. Política de Assistência Social. Direito Social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização da população em situação de rua entrevistados

27

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	26
CAPÍTULO I – SOCIEDADE CAPITALISTA E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL	33
1.1- Dinâmica da sociedade capitalista	34
1.2- Fragilidades das relações familiares e população em situação de rua	43
1.3- População em situação de rua e a exclusão na sociedade brasileira	47
CAPÍTULO II – POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	54
2.1- Política de Assistência Social	55
2.2- População em situação de Rua e o acesso as políticas sociais	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	75
APÊNDICES	77
APÊNDICE A – Roteiro de questões para a entrevista	78
APÊNDICE B– Sistematização dos dados da entrevista	79
APÊNDICE C – Entrevista na íntegra com os participantes	85
ANEXOS	92
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do participante	94
ANEXO B – Parecer de aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética	96

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem atenção voltada para a População em Situação de Rua no município de Taubaté. O objetivo principal desta pesquisa é apresentar uma reflexão das possibilidades da população em situação de rua em buscar mudanças para sua realidade.

O interesse em abordar este tema surgiu durante a apresentação do seminário, cujo tema foi população em situação de rua, apresentado por um grupo de alunas no ano 2015 na disciplina de Realidade Social e Questões Contemporâneas no curso de Serviço Social, a qual era aluna em 2015. A professora sugeriu que cada grupo escolhesse determinado tema relacionado à realidade social, que foram: aborto, violência doméstica, homofobia e população em situação de rua.

Cada grupo apresentaria o seminário, mas também estaria presente um profissional de Serviço Social a convite do grupo, ou seja, um (a) assistente social que trabalhasse no cotidiano profissional e que tivesse relação com um dos temas citados no parágrafo anterior. Referente ao tema população em situação de rua esteve presentes duas assistentes sociais que trabalham no Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua do município de Taubaté (Centro POP).

Ao prestigiar a apresentação do grupo cujo tema foi população de rua, percebi que olhava para esta população de maneira preconceituosa, ou seja, estava acostumada a olhar para alguém que está no chão da praça ou andando pelas ruas mal vestido e depois seguia minha vida de maneira natural, ou seja, não me colocava no lugar dessas pessoas por estarem em situação de vulnerabilidade social.

Então ao participar da discussão do tema surgiram questionamentos e reflexões que me fizeram parar, pensar e me perguntar, quem é a população em situação de rua? Por que estão nesta situação de vulnerabilidade social? Há possibilidades de mudar sua realidade vivida?

O Centro POP (Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua) é uma instituição pública que atua com a política de assistência social, presta atendimento especializado para tal grupo que utiliza as ruas como espaço de moradia e sobrevivência, ou seja, disponibiliza serviços de acolhimento para as pessoas em situação de rua. Dessa forma sua atuação está voltada para a Proteção Especial de Média Complexidade.

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS assegura a cobertura de atendimento à população em situação de rua. A PNAS orienta que:

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, previsto no Decreto Nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais, constitui-se em uma unidade de referência da PSE [Proteção Social] de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. Diferentemente do CREAS [Centro de Referência Especializada da Assistência Social], que atua com diversos públicos e oferta, obrigatoriamente, o PAEFI [Proteção e atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos], o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (BRASIL, 2011, p. 41).

Segundo as profissionais que se apresentaram no Seminário da disciplina Realidade Social e Questões Contemporâneas, os principais instrumentos utilizados pela equipe técnica são as abordagens de rua, entrevistas e a observação sensível. É dessa maneira que o profissional consegue obter maior proximidade acerca da realidade das pessoas em situação de rua e, assim, efetivar os encaminhamentos necessários para o enfrentamento das demandas deste público.

O documento Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em situação de Rua” do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS diz que:

É imprescindível que todos os profissionais envolvidos no cotidiano do (s) Serviço (s) ofertado (s) pelo Centro POP tenham postura ética e atitude acolhedora, proporcionando aos usuários um ambiente de acolhida e respeito. Cabe destacar, ainda, a importância de o exercício profissional estar fundamentado nas normativas e

regulações vigentes relativas ao SUAS e à população em situação de rua, além das recomendações emanadas dos Conselhos de Categoria Profissional. (BRASIL, 2011, p. 54-55).

Conhecendo os atuais problemas da sociedade brasileira e as diversas expressões da questão social existentes no cotidiano profissional, é fundamental que os profissionais contribuam com um trabalho que contemple a diversidade social.

Segundo o Caderno de Orientações Técnicas as principais atribuições dos técnicos de nível superior (Assistente Social e/ou Psicólogo) que compõem a equipe do Centro POP são:

- Acolhida, escuta qualificada, oferta de informações e orientações;
- Elaboração, com os usuários, do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades do acompanhamento especializado de cada usuário;
- Realização de acompanhamento, por meio de metodologias e técnicas individuais e coletivas que contemplem as demandas identificadas;
- Realização de visitas domiciliares a familiares e/ou pessoas de referência, sempre que possível, com vistas ao resgate ou fortalecimento de vínculos;
- Articulações, discussões, planejamento e desenvolvimento de atividades com outros profissionais da rede, visando ao atendimento integral dos usuários atendidos e qualificação das intervenções;
- Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgão de defesa de direito;
- Participação nas atividades de capacitação e formação continuada;
- Participação nas reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos no (s) Serviço (s) e planejamento das ações a serem desenvolvidas; na definição de fluxos de articulação; no estabelecimento de rotina de atendimento e acolhida dos usuários; na organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos;
- Estímulo à participação dos usuários na definição das ações desenvolvidas ao longo do acompanhamento;
- Alimentação de sistema de informação, registro das ações e planejamento das atividades a serem desenvolvidas;
- Relacionamento cotidiano com a rede, tendo em vista o melhor acompanhamento dos casos. (BRASIL, 2011, p. 57).

Por meio das orientações técnicas referente as principais atribuições dos técnicos de nível superior mencionadas no parágrafo acima, compreendo que, os profissionais têm como desafio desmistificar a realidade dos indivíduos construindo

propostas de trabalho coerente com suas necessidades, ressaltando que o profissional construirá tais propostas junto com a equipe de profissionais.

É importante destacar que as pessoas em situação de rua, por muitas vezes, acabam sendo vítimas do preconceito. Grande parte das pessoas que não vivenciam esta realidade tende a explicitar o preconceito em relação a esta parcela da população, acreditando que este público vive tal situação por vontade própria, e muitos não os reconhecem como pessoas de direito, consideram apenas como aqueles que não possuem um lugar dentro da sociedade, porém não questionam o porquê este grupo está na rua.

Pode-se dizer que são vários motivos que levam as pessoas a viverem nas ruas, como abandono familiar ou a ausência da família, situação econômica, alcoolismo, drogas, desemprego ou problema psicológico, dentre outros que caracterizam as expressões da questão social na particularidade da realidade brasileira.

Essas múltiplas determinações comentadas no parágrafo anterior constituem um dos aspectos delimitados por Silva (2009, p. 82), o qual diz respeito às causas do fenômeno estar relacionada a uma variedade de questões adversas que ocorrem no cotidiano das pessoas, conduzindo-as a utilizarem a rua como espaço de moradia e sobrevivência.

Segundo Yazbek (2001, p. 33), a questão social se expressa pelo conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas do capitalismo contemporâneo.

É importante destacar que essa condição de violação de direitos é própria da sociedade capitalista de produção que tem como base a exploração do trabalho, porém sofrem influências dos diversos acontecimentos da história e são acirradas conforme a dinâmica conjuntural e estrutural capitalista.

Segundo Benevides (1991, p. 2), em sua pesquisa relacionada à questão social no Brasil, pode-se compreender que “A questão social insere-se no contexto

do empobrecimento da classe trabalhadora com a consolidação e expansão do capitalismo [...].”

Neste contexto, mais grave do que o desemprego é a vulnerabilidade do trabalho, sua precarização e a submissão a essa ordem imposta pela lógica do capital, o que conseqüentemente gera trabalhadores que ficam impossibilitados de serem inseridos no mercado de trabalho. Com isso, pode-se perceber que de um lado acontece a acumulação de riquezas e de outro o grande aumento da miséria onde poucos, os donos dos meios de produção do sistema capitalista, possuem muito, e a maioria, que é a classe trabalhadora, possuem pouco. Isso acontece, pois a apropriação das riquezas socialmente produzidas é feita de maneira individual, portanto desigual, acarretando desta forma o pauperismo. Veja o que diz Silva:

O pauperismo é a parte da superpopulação relativa composta dos aptos para o trabalho, mas que não são absorvidos pelo mercado, dos órfãos e filhos de indigentes e dos incapazes para o trabalho (as pessoas com deficiência incapacitadas para o trabalho, pessoas idosas, enfermos etc.). É a camada da superpopulação relativa que vive em piores condições (SILVA, 2009, p. 100).

Como consequência desse processo de pauperismo, o sistema capitalista fez com que muitos desses trabalhadores passassem a fazer parte da população em situação de rua, em que seus direitos são constantemente violados, uma vez que todas as pessoas têm direito a uma vida digna, direitos estes assegurados pela Constituição Federal de 1988 – CF/88. Segundo o artigo 5º da CF/88 descreve:

Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]. (BRASIL, 2016a, p. 1).

O Art. 5º da Constituição Federal de 1988 se refere que é garantido por lei os direitos sem qualquer distinção a todo cidadão brasileiro, ou seja, tais direitos como: à igualdade, liberdade, moradia, saúde, educação, trabalho, entre outros, que toda sociedade possa ter acesso aos direitos sociais assim redigido na Constituição Federal Brasileira.

A moradia proporciona ao ser humano segurança, abrigo, um sentido de espaço pessoal e particular, enfim oferece dignidade ao indivíduo no sentido de possibilitar condições para a sua reprodução material e espiritual. Os indivíduos em situação de rua além de terem seus direitos violados, são ainda vítimas de todas as formas de preconceitos, sendo muitas vezes vistos pela sociedade como indigentes, vagabundos, mendigos, bandidos, loucos, sujos, enfim são seres humanos invisíveis, restritos de respeito, igualdade e dignidade. Porém o artigo 5º da Política Nacional para a População em Situação de Rua no Decreto nº7.053 de 23 de dezembro de 2009. Diz que:

Art 5º- São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

- I- respeito à dignidade da pessoa humana;
- II- direito à convivência familiar e comunitária;
- III – valorização e respeito à vida e à cidadania; atendimento humanizado e universalidade;
- V- respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial as pessoas com deficiência. (BRASIL, 2009, p. 1).

A Política Nacional da População em Situação de Rua se consolidou através de movimentos sociais que foram fundamentais para que ela saísse do papel. Os fóruns, reuniões com a sociedade civil e as pessoas em situação de rua, ou seja, lutando coletivamente conquistaram os objetivos em comum, a criação de uma política pautada na compreensão de que as pessoas em situação de rua são pessoas de direitos e devem ser amparadas pelas políticas sociais. Vale lembrar que o Estado por meio de seus governantes deve assegurar os direitos garantidos na Constituição Federal. Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu Artigo 6º diz:

Art. 6º- São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 95, dez. 2016). (BRASIL, 2016b, p. 1).

Entende-se através da Constituição Federal de 1988 no Art. 6º, é dever do Estado promover conjunto de ações governamentais ou não governamentais que garantam os direitos sociais.

Porém observa-se que no decorrer das décadas finais do século XX um Estado reduzindo cada vez mais os direitos sociais da classe trabalhadora, classe essa que vende sua força de trabalho para os donos dos meios de produção.

Entende-se que as relações entre essas duas classes sociais são conflituosas, pois uma existe em relação à outra, existem proprietários porque existem despossuídos, cuja única propriedade é a sua força de trabalho, que precisa vender para garantir a sobrevivência.

Entretanto, as políticas sociais surgem para ampliar os direitos sociais, exemplo da Política Nacional para a População em situação de Rua instituída no Decreto Lei 7.053 de 2009 que foi um grande passo no reconhecimento e concretização dos direitos individuais e sociais da população em situação de rua, tais direitos conquistados através de movimentos sociais em defesa da população em situação de rua.

A relevância acadêmica deste estudo está em compreender a situação de “estar na rua” e de que maneira a população em situação de rua efetivará sua emancipação social, ou seja, compreender o cotidiano deste público, como acessar os direitos sociais e materializá-los em suas vidas.

Considerando a complexidade deste fenômeno social, esta pesquisa tem como foco aproximar a sociedade de uma outra visão, compreender de maneira clara e reflexiva o contexto histórico da população em situação de rua.

Infelizmente a sociedade enxerga as pessoas em situação de rua como: vagabundo, louco, sujo, perigoso, coitadinho. Percebe-se que o preconceito se reproduz no cotidiano da sociedade por falta de conhecimento desta população. Por meio desta pesquisa pretende-se ampliar a compreensão sobre a população de rua.

O assistente social atua diretamente com relações humanas em seu cotidiano profissional e em diversos espaços sócio ocupacionais contribuindo com um trabalho que contemple a diversidade social e as diversas expressões da questão social. Seu desafio é compreender a realidade dos indivíduos contribuir com propostas de trabalho fruto de investigação e elaboração de projetos voltados para a emancipação de cada indivíduo, grupos e/ou coletivo e com a população em situação de rua não deve ser diferente.

Entende-se que o profissional de Serviço Social atua direto com as relações humanas e que esse estudo possa auxiliar a categoria profissional a discutir e pesquisar sobre população de rua, assim sendo, acredita-se na relevância profissional em relação ao tema para discutir este tema com a categoria porque ainda existe profissionais que tem um olhar para com essas pessoas acreditando que eles estão naquela situação por questões individuais.

Sendo assim, enquanto categoria profissional, o assistente social tem o compromisso em atuar de maneira crítica, ética e propositiva, objetivando romper com as diversas formas discriminatórias em relação à população em situação de rua e fortalecer a luta por seus direitos.

Que esta pesquisa possa contribuir de maneira a estender um olhar reflexivo e crítico para profissionais de todas as áreas que tenham o interesse de agregar conhecimento sobre este tema em seu cotidiano profissional e pessoal. Também se direciona a contribuição desta pesquisa para *sociedade* de um modo geral, que possa proporcionar a todas as pessoas ao lerem este estudo adquirir conhecimento referente ao tema e reflitam sobre os direitos da “População em Situação de Rua”.

Para os participantes da pesquisa espera-se que os mesmos possam compreender seus dilemas e dificuldades e conseguir por meio das políticas sociais o apoio necessário para atender suas demandas.

Diante do exposto o objeto deste estudo é estudar quais são as possibilidades de efetivação dos direitos sociais das pessoas em situação de rua.

Como hipóteses entendo que a primeira possibilidade para efetivação dos direitos sociais da população de rua seria um espaço físico, ou seja, uma residência coletiva para que permaneça pôr um período de doze meses, com objetivo dos mesmos se reestruturarem, se organizarem e planejarem suas vidas. A segunda hipótese seria capacitá-los para o mercado de trabalho, ou seja, resgatando sua autoestima e autonomia para a vida pessoa e profissional. E a terceira seria resgatar as relações, vínculos familiares rompidos e ou também construir novas relações, laços do convívio social e comunitário.

O objetivo geral deste estudo foi então analisar quais são as possibilidades de efetivação dos direitos sociais das pessoas em situação de rua no município de Taubaté e os objetivos específicos foram: conhecer as condições socioeconômicas e culturais da população em situação de rua; identificar violação dos direitos sociais vividos pela população em situação de rua e analisar se as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua oferecem possibilidades para a efetivação dos direitos sociais.

A análise dos dados foi realizada ao longo dos capítulos norteados pelas seguintes categorias analíticas que são: População em Situação de Rua, Política de Assistência Social e Direito Social.

População em Situação de Rua

Com relação a palavra população podemos nos referir a um conjunto de habitantes, pessoas, moradores que se encontram em situação de rua, ou seja, pessoas que passam as noites dormindo nas ruas, em praças, embaixo de viadutos e pontes, estas são consideradas pessoas em situação de rua.

É um grupo populacional heterogêneo com diferentes realidades, mas que tem em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos e falta de habitação. De acordo com o Decreto n° 7.053, de 23 de dezembro de 2009.

Art. 1º - Para fins deste Decreto, considera-se População em Situação de Rua, trata-se de grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular [...]. (BRASIL, 2009, p. 1).

As pessoas em situação de rua de grandes ou pequenas cidades em nosso país é composta por habitantes provisórios ou não, que estão nesta situação por motivos diversos. Importante diferenciar população de rua de migrantes. Migrante é aquela pessoa que migra, ou seja, muda-se para uma determinada região ou país.

Migração, deslocamento da população de uma região para outra ou de um país para outro (LARROUSSE, 2008, p. 526), ou seja, é o deslocamento de pessoas dentro de um espaço geográfico, de forma permanente ou temporária.

São vários os motivos que levam essas pessoas a mudarem de cidades ou países, os principais motivos são: culturais, religiosos, econômicos, políticos e naturais (terremotos, enchentes e secas dentre outros).

É a situação de total violação de direitos, retrato cruel da desigualdade social que avança no decorrer das décadas, ou seja, estar na “Rua” é o reflexo do agravamento social no Brasil. O estado que vive essas pessoas é a consequência que se relaciona aos altos índices de desemprego, salários reduzidos, uso de drogas, vínculos familiares fragilizados ou rompidos e violência.

Este trabalho científico busca compreender a realidade vivida por essas pessoas e as possibilidades de efetivação de seus direitos.

Política de Assistência Social

A Política de Assistência Social é uma política pública de direito social, para quem dela necessitar, sendo assegurada a partir da Constituição Federal de 1988, sistematizada e aprovada a partir do Sistema Único de Assistência Social- SUAS e normatizada pela Lei Orgânica de Assistências Social - LOAS, a qual garante a universalidade dos direitos sociais e o acesso aos serviços socioassistenciais, ou seja, foi a partir da Constituição que ocorreu a garantia dos direitos sociais.

Até então nossa sociedade tinha favores em forma de ajuda, a Política de Assistência se confundia como ajuda aos pobres e necessitados, ou seja, não tinham acesso aos serviços, programas, benefícios, exemplo do BPC (Benefício de Prestação Continuada), é um benefício para pessoas que têm mais de 65 anos de idade, se tiverem alguma incapacidade de longa duração.

Também as famílias que não tem condições de manter o idoso ou a pessoa com deficiência, que pode ser de natureza mental, física, intelectual ou sensorial, ou seja, o Benefício de Prestação Continuada - BPC é um direito social.

Pretende-se compreender a trajetória da Política de Assistência Social no Brasil, pois ela não foi entregue de bandeja para sociedade brasileira, foi necessário lutar através de movimentos sociais. Com as lutas populares em prol da defesa e efetivação dos direitos sociais, a Constituição Federal Brasileira de 1988 define e implementa a Seguridade Social onde a Assistência Social, Previdência Social e Saúde são o tripé que sustenta esta política no país.

Então, a partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social, é firmada como política pública que deve atender a todos que dela necessitar.

Dessa forma o objeto de estudo desta pesquisa tem a Política de Assistência Social como política pública tanto para acessar como efetivar seus direitos sociais, ou seja, se quer compreender todo o processo de acesso e efetivação dos direitos da população em situação de rua no município de Taubaté.

Direito Social

Norteados pela Constituição Federal de 1988 entende-se que direito social são direitos fundamentais que visam garantir aos indivíduos condições de igualdade, para que tenham uma vida digna por meio da proteção e garantias dadas pelo Estado.

Lembrando que são direitos fundamentais assegurados pela Constituição brasileira de 1988, o direito social foca na qualidade de vida da sociedade brasileira, ou seja, para que possam desfrutar do bem-estar social.

A Constituição Federal Brasileira estabelece o que seja direitos sociais e em vários artigos já foram elencados e citados nesta pesquisa. Entende-se que os direitos sociais é lei no Estado brasileiro e seu objetivo é reduzir ao máximo as desigualdades, sejam elas econômicas ou sociais.

Entretanto, no cotidiano social se quer compreender se os direitos sociais são acessíveis e materializados na vida da pessoa em situação de rua, ou seja, esta pesquisa visa ir além das aparências, contribuindo de maneira clara a quem tiver acesso as informações deste estudo.

Todos os procedimentos metodológicos realizados neste trabalho que são: cenário de estudo, população alvo, abordagem da pesquisa, instrumento técnico utilizado, seleção e denominação dos participantes da pesquisa será descrito na parte da Apresentação da Pesquisa a seguir.

A pesquisa foi estruturada em dois capítulos sendo que, no primeiro capítulo abordamos a sociedade capitalista e as expressões da questão social a partir de reflexões da dinâmica da sociedade capitalista, fragilidades das relações familiares, a população em situação de rua e sua exclusão na sociedade brasileira e no segundo foi abordado sobre as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua trazendo para discussão a política de assistência social e o acesso aos demais direitos sociais.

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho de pesquisa social tem o objetivo compreender as possibilidades de efetivação dos direitos sociais das pessoas em situação de rua no município de Taubaté, conhecer as condições socioeconômicas e culturais da população em situação de rua; identificar violação dos direitos sociais vivido da população em situação de rua e analisar se as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua oferecem possibilidades para a efetivação dos direitos sociais.

Desta forma, justifica-se que o objetivo principal desta pesquisa é apresentar uma reflexão acerca das possibilidades da população em situação de rua mudar sua realidade.

Cenário de Estudo

O cenário deste estudo foi no município de Taubaté realizado na própria rua utilizando este espaço físico para a entrevista. A escolha deste município se deu pelo motivo da pesquisadora residir no município de Taubaté facilitando assim o acesso a esta população.

Optou-se pela própria rua, pois seria importante estar no espaço que eles permanecem a maior parte do dia e da noite mesmo diante de toda movimentação das pessoas no cotidiano de suas vidas no centro urbano do município de Taubaté/SP.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2010, a população do município de Taubaté no último censo realizado IBGE no ano de 2010 é de 278.686 pessoas. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

População Alvo

Nesta pesquisa envolveu a população em situação de rua do município de Taubaté-SP, as quais vivem em vulnerabilidade social, por estarem nas ruas e com seus direitos violados, foram entrevistados três (03) participantes nesse estudo.

Segue no quadro abaixo a caracterização da população alvo entrevistada:

Quadro 1

Caracterização da população em situação de rua entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Escolaridade	Situação Ocupacional	Naturalidade
A	M	44	Ensino/Médio Incompleto	Olha carro nas vias públicas	Taubaté-SP
B	F	49	Ensino/Fundamental Incompleto	Olha carro nas vias públicas	Santo André-SP
C	M	55	Superior Incompleto	Sem Ocupação	Campo Grande-MS

O motivo inicial para conseguir os participantes para a entrevista, era selecionar aqueles que buscam atendimento na instituição, o Centro POP (Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua), porém não foi possível por conta da burocracia, ou seja, tentei via autorização e não consegui, sendo assim foi decidido ir para rua realizar a entrevista.

Coleta de dados

Compreende-se por pesquisa a atividade básica das Ciências pela busca do conhecimento da realidade, sendo um processo inacabado e permanente, caracterizado pela aproximação da realidade, através da combinação entre teoria e dados. Para Minayo:

Vendo por um prisma mais filosófico, considera a pesquisa como 'atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É

uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. (MINAYO, 1993, p. 23).

Pesquisa é um conjunto de ações que propõe encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se têm informações para solucioná-lo.

Para Gil (1999, p. 42), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas.

Para Lênin (1965, p. 148), "o método é a alma da teoria", distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado tal tema (como técnicas e instrumentos) no sentido generoso de pensar a metodologia como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência.

Percebe-se que as visões de mundo dos pesquisadores e dos atores sociais estão envolvidas em todo processo de pesquisa.

A realidade social só é possível de ser apreendida através da aproximação, considerar a investigação social com um aspecto básico, o aspecto qualitativo, significa considerar que o objeto de estudo é formado por seres humanos, que possuem uma determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe que possui suas crenças, valores e significados.

Para o desenvolvimento dessa temática na pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa, pois se apresenta a mais adequada para o conhecimento do tema desta investigação.

“A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. (RICHARDSON, 1999, p. 79).

A pesquisa qualitativa aproxima o pesquisador em contato direto com o participante da pesquisa e também com a situação na qual o estudo está sendo desenvolvido.

A abordagem qualitativa não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave, isto é, o processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Segundo Martinelli (1999, p. 27), a pesquisa qualitativa possui um caráter que busca conhecer trajetórias de vida e experiências sociais dos sujeitos, ou seja, é muito mais do que descrever um objeto de estudo.

Com o estudo desta pesquisa pretendeu-se compreender a realidade social da população de rua.

Para contribuição da coleta de dados foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, é um tipo de entrevista mais espontâneo do que a entrevista estruturada combinando com perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto sem condições prefixadas pelo pesquisador. Segundo Trivinos:

A entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. (TRIVINOS, 1987, p. 146).

Na entrevista não cabe ao entrevistador concordar ou discordar das opiniões emitidas pelo entrevistado, deve apenas ouvir procurando guiá-lo, levando-o a precisar, desenvolver e aprofundar os pontos abordados mantendo-se Interessado em sua fala.

Quando realizei estágio no NUCA – Núcleo da Criança e do Adolescente da Prefeitura Municipal de Taubaté solicitei autorização a minha supervisora de campo de estágio para conhecer o trabalho do Centro POP de Taubaté, o qual visitei e permaneci por algumas horas na instituição, por dois (02) dias.

Nos dias que estive no Centro POP consegui abordar o primeiro participante da pesquisa, porém entrevistei-o na rua uma vez que não obtive consentimento para realizar a entrevista dentro da instituição. Para autorização da pesquisa em órgãos públicos há um prazo pré-estabelecido, e precisava solicitar com antecedência. Expliquei o propósito do estudo, cujo o tema da pesquisa ele estava inserido, ou seja, o participante estava em situação de rua. Até hoje guardo na memória toda simpatia, atenção e respeito que recebi dele que aceitou participar da entrevista.

A segunda entrevistada foi indicada pelo primeiro participante, pois a mulher vivia um relacionamento com ele. E o terceiro participante foi abordado no conhecido prédio da (CTI) Companhia Taubaté Industrial, onde atualmente funciona a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social (SEDIS), era o local onde fui estagiária, conversamos na calçada próxima da praça, sendo acordado que no dia seguinte no mesmo local a realização da entrevista aconteceria.

Foi realizada uma abordagem com cada um dos entrevistados individualmente. Foram convidados para uma entrevista em dia e horário combinado, com o consentimento de cada um.

O número de entrevistados para a pesquisa foi suficiente, considerando que pesquisa qualitativa não engloba quantidade numérica e o tempo previsto pelo cronograma para a coleta e análise das informações.

Na entrevista com o primeiro participante que quando perguntei se ele contava com a família, ficou alguns minutos em silencia, quase chorou e disse: “que não podia contar m a família”. Em relação ao espaço via pública/rua, não em intercorrência por ser uma rua tranquila próxima do Centro de atendimento Psicossocial Álcool e Drogas - CASP AD.

A segunda participante era uma pessoa que olhava a vida de uma maneira positiva e mantinha contato com os irmãos, porém segundo ela, de todos irmãos, somente um, conversa com ela. Houve durante a entrevista um momento de silêncio, quando disse que seus pais já haviam falecido. Não houve intercorrências pela movimentação de carros ocasionando barulho, porém toda agitação do trânsito não influenciou a entrevista.

Com o terceiro participante a abordagem foi em uma praça próxima à uma avenida movimentada, com carros e alguns semáforos. Houve intercorrência pela movimentação de carros ocasionando barulho, porém toda agitação do trânsito não influenciou a entrevista.

De todos os participantes o terceiro foi o que mais falou, percebi que quando citou os filhos e irmãos sua voz silenciou, disse que o contato com os mesmos é esporádico. Denominamos cada participante em ordem alfabética, chamaremos os entrevistados de: o primeiro A, o segundo B e terceiro C.

Dando seguimento aos procedimentos éticos com os participantes, respeitando o sigilo dos dados, foram apresentados os objetivos da pesquisa, a utilização do gravador e a entrega do Termo de Consentimento Livre, inicialmente tentamos realizar a pesquisa no Centro POP, porém no momento não foi possível, sendo assim entrevistamos os participantes nos espaços público/rua.

Essa pesquisa traz riscos mínimos para os participantes envolvidos. Caso seja necessário haverá um encaminhamento à rede sócio assistencial para acompanhamento dos mesmos envolvidos nesta investigação. Caso haja algum dano ao participante será garantido ao mesmo procedimentos que visam à reparação e o direito à indenização.

Tratamento dos dados

As categorias População em Situação de Rua, Política da Assistência Social e Direito Social nortearam a análise deste estudo. Também foi importante realizar a organização dos dados, partindo da transcrição das entrevistas e da formulação de

um quadro onde colocamos os objetivos específicos e dentre os participantes selecionamos os depoimentos mais significativos e semelhantes que se relacionaram com cada objetivo específico da pesquisa.

CAPÍTULO I
SOCIEDADE CAPITALISTA E AS EXPRESSÕES DA
QUESTÃO SOCIAL

CAPÍTULO I

SOCIEDADE CAPITALISTA E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Neste primeiro capítulo são abordados aspectos da dinâmica da sociedade capitalista e suas principais características para compreender o seu funcionamento na propriedade privada objetivando o lucro.

É também necessário contextualizar sobre a questão social e suas expressões no cotidiano da classe trabalhadora, o surgimento e os impactos em nossa sociedade na qual estão inseridos os trabalhadores. A classe trabalhadora com sua força de trabalho, olhando de um lado, acumula a riqueza para o sistema capitalista e de outro vivenciam atualmente condições precárias para sua subsistência.

Pretende-se ainda neste capítulo conhecer a dinâmica da família na sociedade capitalista, de que modo essa dinâmica interfere na fragilidade das relações familiares e compreender como acontece a ruptura de vínculos familiares na vida da população em situação de rua. Por fim contextualizar o conceito e surgimento desta população compreendendo as razões que as levaram para as ruas e como se sente e enxerga a sociedade a qual está inserida.

1.1 – Dinâmica da sociedade capitalista

Para compreender a dinâmica da sociedade capitalista vale ressaltar que o capitalismo é um sistema econômico e conhecer sobre esse sistema é entender como a sociedade atual está estruturada. Os sistemas econômicos são responsáveis por toda dinâmica de uma sociedade e por várias razões acabam influenciando no modo de vida das pessoas.

Atualmente o capitalismo é adotado em quase todo o mundo, dentre suas características estão a *propriedade privada*, ou seja, o sistema produtivo está vinculado à propriedade individual. Outra característica é o *lucro*, sendo este uma das bases desse sistema que resulta na acumulação do capital.

Outra marca do capitalismo é a *divisão de classes sociais*, ou seja, criou-se duas classes em especial, uma é a burguesia e a outra o proletariado, elas se distinguem da seguinte maneira: a *burguesia* é aquela que detém os meios de produção, que são as máquinas, as terras, as fábricas, ou seja, o capital.

Por outro lado, a classe proletária são os trabalhadores, os quais têm apenas a sua força de trabalho. Destituídos dos meios de produção, o que lhe resta é vender a sua força de trabalho em troca de um salário.

Compreende-se que o sistema capitalista é um modo de produção cujo maior objetivo é o lucro e para obtenção do lucro se tem então aquilo que é chamado de fórmula básica criada pelo sistema capitalista que é dinheiro, mercadoria, produção, novas mercadorias e a partir disso então mais dinheiro, ou seja, um mercado consumidor e através do consumo estimula-se a produção.

O capitalismo é um sistema econômico que gera competitividade e desenvolvimento, ou seja, um sistema de acumulação da riqueza, porém tem algumas consequências que nos chamam a atenção, tais como: *a divisão de classes, a exploração do trabalho, o consumismo, o individualismo, a pobreza, o desemprego*, são as expressões da questão social vividas pela grande parcela de trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho e das relações de trabalho. Tavares diz que:

[...] historicamente, o capital subordina o trabalho, objetivando a acumulação, que gera, por um lado, riqueza, por outro, miséria. Em síntese, objetiva-se demonstrar que as desigualdades sociais são inerentes ao sistema de acumulação. (TAVARES, 2009, p. 3).

Para Tavares (2009, p. 4), a lógica do capital não é de que todos ganhem, ao contrário, é preciso que muitos percam para que alguns ganhem. Esta lógica do capital sempre se expressou em nossa sociedade brasileira, mas atualmente é vivenciado pela grande parte de trabalhadores desempregados e sem oportunidade de trabalho. Recentemente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD onde

praticamente 12,7% da população ativa está desempregada e sem trabalho. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019, p. 1).

Na sociedade capitalista um outro reflexo que está muito presente na vida social em relação ao trabalho, é a ideia de estar trabalhando ou não, ter sucesso ou não no trabalho, depende de cada trabalhador, ou seja, depende da formação e do currículo com boas qualificações.

Com essa lógica, toda responsabilidade é do trabalhador de ingressar e permanecer no mercado de trabalho. Segundo Pinto e Gondim,

As transformações capitalistas têm contribuindo significativamente no aprofundamento do desemprego estrutural, empobrecimento da classe trabalhadora e acirramento das desigualdades sociais, que se expressa em diversas expressões da questão social. (PINTO, GONDIM, 2017, p. 3).

Percebe-se que o sistema capitalista contribui para o acirramento da desigualdade social, temos o exemplo da reforma trabalhista, Lei 13.467, aprovada no ano de 2017, que altera direitos trabalhistas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Esta é realidade da classe trabalhadora, precarização das relações de trabalho, redução dos níveis de renda e emprego.

Compreendemos que o sistema capitalista gera a riqueza e o acúmulo do capital, porém tamanha riqueza é acumulada às custas da desigualdade social da classe trabalhadora.

A seguir realizar-se-á uma breve explicação sobre consumismo, individualismo e pobreza, sendo estes alguns reflexos do capitalismo na sociedade.

O sistema capitalista economicamente conduz o modo de viver da sociedade através do incentivo ao consumo, que é bem expressivo. O consumo e/ou consumismo é considerado algo positivo para o sistema capitalista, ou seja, em uma economia capitalista o lucro está em primeiro lugar mantendo o consumo constante da produção que busca aumentar cada vez mais as vendas e alcançar seu objetivo o “lucro”.

Para Gerbasi “A generalização de um modelo consumista combina propósitos políticos e econômicos e o próprio aceite inconsciente do indivíduo que se permite levar pela onda consumista. ” (GERBASI, 2014, p. 62).

Segundo Gerbasi (2014, p. 64), o consumo implica em uma indução do indivíduo ao consumismo constante e este consumo está subordinado pelo sistema capitalista. Portanto a ampla diversidade de produtos, mercadorias, a facilidade de adesão ao consumo de produtos e serviços, são estratégias do sistema capitalista para atrair a grande massa de indivíduos e/ou consumidores. Para Silva e Flain:

(...) o consumismo é o motor que alimenta e mantém a ideologia da produção voltada ao lucro, é a patologia da sociedade de consumidores, motivada pelo desejo de adquirir produtos sem levar em conta a necessidade, mas somente o valor que eles representam na sociedade e logo descartá-los. (SILVA, FLAIN, 2017, p. 365).

De acordo com os autores, o consumismo é a engrenagem do modo de produção do sistema capitalista, é esse consumo em grande escala da sociedade que movimenta o capitalismo. Segundo Silva e Flain é importante destacar que:

(...) Consumo é diferente de consumismo, no consumo as pessoas adquirem somente aquilo que lhes é necessário. Entretanto, o consumismo se baliza pelos gastos excessivos em mercadorias desnecessárias e supérfluas, induzidos pela publicidade em geral. (SILVA, FLAIN, 2017, p. 366).

O individualismo (LAROUSSE, 2008, p. 435), se refere a tendência a desenvolver em excesso os valores e direitos do indivíduo sem considerar os coletivos, ou seja, quer dizer autonomia dos sujeitos em formas de pensar e agir individualmente. De acordo com Gerbasi o consumismo está relacionado ao individualismo. Para ele:

Consumir é esquecer momentaneamente o sofrimento, a opressão do trabalho e do dia a dia, ou ao menos adiá-los. E, nesse movimento, contribui-se para economia capitalista, a qual almeja atingir o maior número possível de mercados consumidores e indivíduos. (GERBASI, 2014, p. 68).

Para Gerbasi, se consume de maneira não consciente ao ponto de gastar sem necessidade, ou seja, consome só para se satisfazer e ou para distrair. O indivíduo consumista assume características de prazer ao consumir produtos ou serviços. Tal comportamento contribui com a economia capitalista.

Seguindo o raciocínio de Tavares (2009, p. 4), a lógica do capital não é que todos ganhem, com essa lógica o que se percebe é a presença da desigualdade social impulsionando a sociedade a viver uma situação de pobreza. Ressalta-se que a pobreza não é somente a ausência de renda e/ou recursos financeiros, vai além, se caracteriza pela falta ou baixa qualidade de alimentação, educação, moradia precária, dificuldade de acesso ao lazer e acultura, entre outros.

Vale ressaltar que a população em situação de rua vive uma situação de extrema pobreza, sem acesso a moradia, trabalho, saúde, cuidados básicos como a higiene pessoal e mais a alimentação diária que todo ser humano necessita para viver e estar bem disposto fisicamente e mentalmente. Observe nos depoimentos abaixo referente a alimentação diária de cada um dos entrevistados quando foi perguntado se a alimentação era feita diariamente:

Entrevistado A - *“Não, sempre peço para as pessoas, outras vezes vou em cima da Rodoviária Velha aqui em Taubaté onde fica o CREAS [Centro de Referência Especializado de Assistência Social], vou pedir pra assistente social um vale almoço no bom prato.”*

Entrevistado B - *“Não, só quando consigo, mas me orientaram a procurar o Centro POP [Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua] aqui em Taubaté.”*

Entrevistado C - *“Não, então sou um cara que não sei pedir muito, sou um cara que só peço na hora da última necessidade né, então eu procuro antes de pedir, viabilizar a renda, as vezes eu passo um, dois dias sem viabilizar renda nenhuma, porque eu não sei guardar carro, por que eu quero um país pra nós que, não precisa ninguém guardar carro, por que não tem ladrão, por que hoje na situação de*

rua uma das profissões mais comum do morador de rua é guardar carro (...). ”

Os depoimentos acima mostram claramente os reflexos do sistema capitalista em relação a desigualdade social, pois essas pessoas estão em situação de extrema pobreza, começando pela dificuldade da alimentação diária que cada um enfrenta em seu dia a dia. Nota-se que os entrevistados até conseguem, porém é uma situação de exclusão de acesso aos direitos sociais, começando pela falta de trabalho para que ele (a) possa suprir suas necessidades básicas.

Dessa forma a dinâmica da sociedade capitalista segue com o único objetivo, acumulação do capital, por um lado enquanto a economia cresce e o lucro aumenta, por outro, a classe trabalhadora padece, ou seja, o capital cresce e proporcionalmente a desigualdade social também. Toda essa forma de exploração do capitalismo se caracteriza na relação contraditória entre capital e trabalho, o trabalhador se sente desamparado, e assim vive com seus direitos violados. Veja o depoimento do Entrevistado A:

Entrevistado A – *“[...] Já li na Constituição que é direito das pessoas ter moradia, trabalho, estudo. Mas vejo que é um mundo injusto, uns com muito e outros com pouco. Olha dona poucos tem esse tal direito social na sua vida, a pessoa trabalha pra que, mal dá pra comer. Desculpa falar isso pra senhora, mas é o que estou sentindo agora. ”*

Pode-se perceber no depoimento acima como a pessoa se sente diante da dinâmica do sistema capitalista. Assim o entrevistado 1 disse que a pessoa trabalha e quando consegue trabalho mal dá para se alimentar, ou seja, o entrevistado 1 demonstra indignação por não ter oportunidade no mercado de trabalho.

Segundo Marx (1989, p. 731 apud GRANEMAN, 2009), o desemprego sempre esteve presente no sistema capitalista. Em seus estudos sobre o capitalismo de alguma maneira já mostrava que para seu funcionamento depende daquilo que ele chamou de “exército industrial de reserva”.

Segundo o autor os elevados índices de pobreza e dos níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora, o fenômeno população em situação de rua é umas das expressões das desigualdades sociais presentes na sociedade.

Percebe-se que o sistema capitalista contribui para o desemprego, gera desigualdade social, como já foi mencionado em parágrafos anteriores, o objetivo do sistema capitalista é o “lucro”.

O sistema capitalista de produção o qual estamos inseridos se expressa em formas concretas e objetivas no dia a dia das pessoas, percebe-se o aumento das relações de trabalho cada vez mais precarizadas, o trabalhador vivencia diferentes formas de exploração destas relações de trabalho: trabalhos temporários, trabalhos exaustivos/excedentes, sem carteira assinada, contratos por tempo determinado, entre outras.

Na sociedade capitalista um outro reflexo que ela traz é o foco no trabalho, conseqüentemente a qualidade de vida e o prazer do trabalhador ficam em segundo plano, a pessoa vive em função do trabalho constante e sempre é necessário se qualificar para se manter no emprego. Percebe-se um pensamento da sociedade em relação ao trabalho, a ideia de que estar ou não trabalhando, ter sucesso ou não no trabalho, depende somente do trabalhador, depende da sua formação e empenho, entre outros, ou seja, esse trabalhador não tem tempo de refletir sobre sua qualidade vida, se pergunta: “Eu sou feliz? ”. Assim a sociedade capitalista traz a exploração do trabalho e priva bastante a qualidade de vida das pessoas, a descrição seguinte ilustra o depoimento do Entrevistado C:

Entrevistado C – “[...] eu trabalhei no Banco é... uma semana dormindo quatro horas, depois dormi trinta e umas horas, direto, quase morri de tanto trabalhar de analista de sistema, mais a faculdade, mais o CPD [Centro de Processamento de Dados no Banco] na época, eu tinha tempo para pensar? Para pensar na minha religiosidade, pensar no meu crescimento, na vida..., né! ”

Entrevistado C – “[...] Olha eu fui Supervisor de CPD [Centro de Processamento de Dados no Banco] uns três anos infelizes, tinha um salário bom e não era feliz, bebia muito. ”

Observa-se acima como mais vez fica claro com o depoimento do Entrevistado 3, o quanto ele vivia infeliz. Embora tivesse trabalhando, recebia um bom salário, buscava manter-se qualificado profissionalmente, mas atentando para a questão subjetiva, ele estava infeliz.

A realidade que vive o trabalhador em seu cotidiano gera conflito em sua subjetividade, a pessoa busca estar no mercado de trabalho e quando consegue trabalha tanto que não tem tempo de viver a vida com qualidade, vive em função do trabalho e com a preocupação de perder seu emprego. O mercado de trabalho tornou-se muito exigente para com o indivíduo que pretende permanecer trabalhando.

O capitalismo está assentado no tripé: capital, Estado e trabalho (MÉSZÁRIOS, 2002 apud PRATES; BUENO, 2010, p.187) e o fruto do conflito entre eles gera a Questão Social.

A princípio a questão social se origina pelo modo de produção capitalista, é fruto da contradição capital e trabalho, se manifesta especialmente no modo de produção capitalista por ser um sistema que separa em classes as pessoas que trabalham, daquele que acumula a riqueza, o indivíduo trabalha para desenvolver um produto que vai ter um valor, ele é responsável pela produção desse produto até a confecção total e no final fica apenas com mínima parcela desse produto. O trabalhador torna-se excluído do processo de desfrutar daquele produto que ele mesmo fez, construiu e desenvolveu. Por outro lado quem que não participou da produção ativamente fica com todo o lucro. Dessa maneira nasce a questão social, como fruto dessa relação de exploração do capital, onde um enriquece e o outro empobrece. Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 51) “[...] às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. ”

A questão social se expressa de diversas maneiras: diferentes formas de violência, tráfico e uso de drogas, desemprego, fome, abandono, direitos violados, negação de direitos à habitação, educação, saúde, aumento da população em situação de rua entre outras. São algumas expressões da questão social a qual vive a sociedade. Vale ressaltar que a questão social não se resume na pobreza e desigualdade social, ela traz várias outras expressões que fazem parte da sociedade atual.

Aliás, a população em situação de rua vive em total violação de direitos, começando por estar em “situação de rua”. Veja abaixo três depoimentos sobre a negação de direitos:

Entrevistado A – *“(...) Entendo que para as pessoas ter acesso a ele [direitos sociais] precisa implorar, as vezes é direito nosso, mas a gente não consegue.”*

Entrevistado B - *“[...] Olha procuro acessar o direito social mais é difícil, vejo que as pessoas que vivem igual eu na rua, não tem muito acesso.”*

Entrevistado C – *“[...] Eu já estou com meus direitos negados antes de ir pra rua.”*

A intensidade dos sentimentos expressos pelos depoimentos acima fica explícito as expressões da questão social na vida dos entrevistados que se encontravam naquele momento com a negação de direitos, embora um deles tenha comentado que antes de ir para rua, já tinha seus direitos negados.

Quando se menciona a negação de direitos refere-se ao acesso a direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988 como responsabilidade do Estado Federativo do Brasil em garantir aos cidadãos brasileiros o direito à saúde, moradia, educação, trabalho, segurança, entre outras. Segundo a Constituição Federal de 1988, são direitos sociais:

Art. 6º- São direitos sociais à educação, à saúde, o trabalho, o lazer, à segurança, à previdência social, a proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Redação dada pela Emenda Constitucional nº 95, dez. 2016. (BRASIL, 2016b, p. 1).

Nos parágrafos anteriores mencionamos algumas expressões da questão social no cotidiano da sociedade. Vale ressaltar que a questão social não se resume em pobreza e desigualdade social, ela traz várias expressões que fazem parte da nossa sociedade.

Exemplificando como a questão social se manifesta pode-se perceber o círculo pelo qual a classe trabalhadora passa: o indivíduo perdeu seu trabalho, ou enquanto trabalhava se via explorado, pois o foco é o trabalho, ou ficou às margens da vulnerabilidade social, família sem alimento, extrema pobreza, por conta de tudo isso começou a beber, se tornou violento, enfim.

Questão social é então esse conjunto das expressões da desigualdade social na sociedade capitalista decorrente de uma produção social cada vez mais coletiva (classe trabalhadora), porém a apropriação dos resultados dessa produção é privilégio de poucos.

Diante da dinâmica do sistema capitalista ausência do Estado é evidente diante das expressões da questão social, ou seja, se desresponsabilizando e contribuindo ainda mais para o agravamento da questão social.

1.2- Fragilidades das relações familiares e população em situação de rua

Para Moreira e Padilha, (2015, p. 751) a família é o primeiro e o mais intenso agente de socialização e deve ser assumida como uma unidade de cuidado, transmissão de valores, suporte emocional e criadora de estratégias de promoção de saúde para seus membros.

Segundo os autores a família desenvolve um processo social e cultural, ou seja, ela é construída e reconstruída historicamente, a família tem um papel

importante ao longo da história na socialização primária dos que pertencem a ela. Na família temos nosso primeiro contato com os pais e/ou responsáveis, portanto entende-se que a família é central na vida e na construção da identidade primária dos indivíduos, a família sempre desempenhou um papel fundamental na vida do homem, através de costumes e valores que se materializam nas relações sociais de cada indivíduo na sociedade. Segundo Kaloustian e Ferrari, 1994 apud GOMES; PEREIRA:

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. (KALOUSTIAN; FERRARI, 1994 apud GOMES; PEREIRA, 2004, p. 11).

É importante destacar que a família também passa por fragilidades em suas relações, cita-se quatro fatores que possivelmente podem desencadear fragilidades nas relações familiares, os quais são: experiências de violências, desemprego, problemas de saúde e uso de drogas.

As drogas são substâncias que possuem capacidade de alterar o comportamento dos indivíduos, ou seja, altera o funcionamento do organismo humano. Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS:

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que a dependência em drogas lícitas ou ilícitas é uma doença. O uso indevido de substâncias como álcool, cigarro, crack e cocaína é um problema de saúde pública de ordem internacional que preocupa nações do mundo inteiro, pois afeta valores culturais, sociais, econômicos e políticos. (BRASIL, 2019a, p. 1).

As drogas lícitas são legalizadas e comercializadas livremente e aceitas pela sociedade, alguns exemplos das lícitas, que são: cigarro, bebidas alcoólicas e os remédios. E as ilícitas são: cocaína, maconha, crack, heroína, etc. Suas comercializações são proibidas pela legislação brasileira. O uso abusivo das drogas resulta na dependência química e a mesma se manifesta através da modificação de comportamento do indivíduo. Segundo os autores:

Para início do uso dessas substâncias psicoativas têm-se diversos fatores de risco. Estes podem ser divididos em inerentes à personalidade e a fatores contextuais, decorrentes da influência do meio social sobre o indivíduo. Entre os fatores endógenos, são comumente citados a vulnerabilidade genética, psicopatologias como depressão, transtorno de personalidade antissocial, baixa autoestima, falta de perspectiva de vida, estar à procura de novas sensações, inclusive busca pelo prazer e curiosidade. (ZEITOUNE et al, 2012, p. 1).

Percebe-se que o uso dessas substâncias químicas (drogas) afeta o comportamento do indivíduo, ou seja, falta de diálogo, fragilidade nas relações familiares, frequentes explosões temperamentais, comportamento irritável, habituais faltas ao trabalho sem justificativa, etc. Segundo Garcia et al:

O consumo de drogas é um grave problema social e de saúde pública, com consequências individuais e sociais expressas nas diversas interfaces da vida cotidiana, seja no seio familiar, comprometendo vínculos afetivos, seja no trabalho ou na saúde. (GARCIA et al, 2016, p. 187).

Estes estudos trazem resultados importantes, dentre eles o enfoque de ver a dependência química e/o uso abusivo de drogas como expressão da questão social, que acaba comprometendo os vínculos familiares. A questão social é o conjunto formado pelas expressões da desigualdade.

Os depoimentos no parágrafo seguinte expressam o comprometimento de vínculos afetivos quando foi perguntado, O Senhor (a) tem contato com sua família?

Entrevistado 1 – “[...] Não! A droga me separou da família. ”

Entrevistado 1 - “[...] sou usuário de drogas, minha família desistiu de mim, sabe dona me sinto tão mal, tem vez que penso em morrer, porque tem hora que estou bem, mas as vezes tenho recaída. ”

Percebe-se na resposta do entrevistado um sentimento de perda e fracasso das relações familiares, no entendimento do entrevistado as drogas o separou de sua família, a ponto do mesmo querer morrer.

Percebe-se que a população em situação de rua são os que mais enfrentam o desdobramento do enfraquecimento dos vínculos familiares, segundo os depoimentos percebemos um sentimento comum entre as pessoas em situação de rua, de não pertencimento e desamparo, ou seja, uma expressão de “estou sozinho”, “não tenho ninguém”. Segundo Lima e Moreira:

Mencionam, como desdobramento do enfraquecimento dos vínculos familiares, um sentido de não pertencimento e de desamparo comum entre as pessoas em situação de rua, expresso como um “não ter lugar no mundo. (LIMA; MOREIRA, 2009 apud CUNHA et al, 2017, p. 96).

Ressaltamos a dependência em uso de drogas em alguns parágrafos pelo fato de que dois entrevistados da pesquisa se auto declararam usuários de substância psicoativas. Pode-se visualizar no parágrafo abaixo os relatos dos entrevistados:

Entrevistado 1 – “[...] sou usuário de drogas, minha família desistiu de mim, sabe dona é triste essa vida, porque tem hora que estou bem, mais as vezes tenho recaída. A droga me separou da família. ”

Entrevistado 2 – “Relata motivo que o levou a morar nas ruas. [...] “Brigas familiares por conta do alcoolismo. ”

As declarações expostas acima evidenciam um dos motivos que fragilizaram as relações familiares, ou seja, sendo o uso e abuso de drogas um dos fatores que culminou na fragilidade das relações dos entrevistados com seus familiares.

Assim é a realidade vivida pela população em situação de rua onde as pesquisas e os depoimentos dos entrevistados apontam, porém, ressaltamos que há possibilidade de construir novos vínculos. O que acontece, as pessoas em situação de rua saem de casa e perdem o vínculo com a família de origem e vivem presos aos laços familiares que foram fragilizados e não avançam para novas possibilidades de relações com: comunidades, relacionamentos pessoais e familiares.

É importante destacar que a configuração familiar passou por transformações ao longo dos tempos, e na atualidade evidenciamos os arranjos familiares, segundo nos esclarece Silva e Bolze:

Desse modo, observa-se que o arranjo familiar vem se diferenciando da 'família padrão' (família nuclear composta por pai, mãe e filhos) cada vez mais na contemporaneidade. Alguns exemplos desses arranjos são:

- a) Famílias monoparentais: sendo inúmeras crianças vivendo com pais solteiros ou divorciados;
- b) Famílias homoafetivas: constituída por pais do mesmo sexo;
- c) Famílias extensas: nas quais as crianças convivem com parentes próximos como tios e avós;
- d) Famílias recasadas, nas quais as crianças convivem com o novo cônjuge do pai ou da mãe, além de, por vezes, com os filhos desses e/ou com os irmãos dessas novas uniões. (SILVA; BOLZE, 2016, p. 2).

Assim esclarecem os autores que a família é uma instituição complexa e que se desenvolve em arranjos diversificados e em espaços únicos ligados às transformações da sociedade.

Vale ressaltar que historicamente a família nuclear tem predominado com diversas outras formas de organizações familiares, as quais foram citadas em parágrafos anteriores, que foram: famílias monoparentais, família homoafetivas, famílias extensas e famílias recasadas.

1.3- População em situação de rua e a exclusão na sociedade brasileira

A população em situação de rua está inserida na dinâmica da sociedade capitalista e vivem sem: refúgio, segurança, o conforto de um lar, são alvo de violência, desigualdade social e outras expressões da questão social.

O fenômeno população em situação de rua "não" é um fenômeno social somente na sociedade brasileira, ou seja, está presente em todo mundo nas grandes ou pequenas cidades.

Toda a dinâmica da sociedade capitalista mencionado no início do capítulo um trazem mudanças na sociedade, e paralelo aos acontecimentos e mudanças tanto economicamente e/ou politicamente do país está a população em situação de rua buscando oportunidades no sistema capitalista.

A pesquisadora Maria Lucia Lopes da Silva (2006) nos esclarece em suas pesquisas e estudos sobre pessoas em situação de rua que a concepção desse grupo populacional é considerada um fenômeno social. Silva explica que:

O fenômeno social população em situação de rua constitui uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmos com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas. (SILVA, 2006, p. 7).

A questão da pobreza sendo uma das múltiplas determinações de pessoas em situação de rua (PSR) não é recente, é de longa data na história brasileira. Diante de toda complexidade do tema estudado, entende-se que a população em situação de rua é um fenômeno a ser compreendido por suas várias caracterizações.

A população em situação de rua tem sua definição estabelecida e regulamentada pelo Decreto nº 7.53 de 23 de dezembro de 2009 que constitui na Política Nacional para População de Rua em seu artigo 1º, parágrafo único da seguinte maneira:

Art. 1º - Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo Único - Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2013, p. 1).

No senso comum, a sociedade por não conhecer sobre a população em situação de rua, os classificam como: morador de rua, pessoas da rua ou mendigos.

É importante diferenciar a terminologia “*morador de rua*” e “*pessoa em situação de rua*”, morador de rua traz a ideia de uma escolha “estar na rua”, porém “morar na rua” não é uma escolha, mas sim um conjunto de fatores que faz com que a pessoa esteja nessa situação. Já a pessoa em “*situação de rua*” assim esclarece Georgetti et al (2006, p. 20), visa ressaltar o caráter processual de vida nas ruas, “(...) para delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a ideia predominante (e pejorativa) de que se trata de pessoas de rua, que não tem outra característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade. ”

Assim, quem está fixo nas ruas são: as calçadas, os postes de eletricidade, prédios e não as pessoas em situação de rua, elas estão em um processo e/ou situação.

Percebemos uma população de rua flutuante onde se tem pessoas na rua há muitos anos, e outras chegando, fruto da crise econômica, crise esta que tende a aumentar esse fenômeno social.

Na sociedade capitalista os momentos de crise econômica desfavorecem a classe trabalhadora, a qual sem renda, sem salário, sem trabalho não tem como suprir suas necessidades de moradia, alimentação, portanto precisa-se ter um lugar para morar, ter uma renda, enfim envolvem políticas estruturantes de habitação, geração de trabalho e renda, são políticas básicas para qualquer ser humano.

As pessoas em situação de rua são as mais atingidas pelas crises econômicas do capitalismo, veja no depoimento do entrevistado 3:

Entrevistado C - “*Seis anos em situação de rua, eu comecei em 2010, vai ser seis anos e nesses seis anos teve aí uns seis meses em que consegui alugar um quatinho saindo da rua, depois voltei pra rua por não ter condição de pagar o aluguel [...].* ”

O depoimento acima indica o quanto as pessoas em situação de rua são mais atingidas por crises econômicas pelo motivo de estarem em total vulnerabilidade social, sem moradia, sem trabalho e sem renda, não tem como viverem, sobrevivem como podem. Também se destaca que crise econômica é sinônimo de desemprego, instabilidade financeira que resume-se em declínio na atividade econômica de um país, ou seja, diminui o lucro das empresas, pessoas desempregadas, a renda da família fica enxuta.

Segundo Garcia et al (2016, p. 183) vulnerabilidade social é entendido como a escassez de recursos materiais e imateriais (ou “ativo”), que uma pessoa ou grupo poderá passar com eventuais ou expressivas mudanças em sua condição de vida. Para Garcia et al:

A população em situação de rua é, assim, considerada socialmente vulnerável, visto que a situação de rua impõe a insuficiência de ativos. Essa insuficiência corresponde, de maneira grosseira, a pobreza extrema, fragilidade de vínculos familiares, ausência de moradia convencional regular e também à falta de oportunidades. (GARCIA et al, 2016, p. 183).

É importante destacar que a crise econômica não é o único motivo que acaba os levando as ruas. Para Berhing e Boschetti (2011, p. 51) as expressões são multifacetadas, são várias as situações que impulsionam algumas pessoas para as ruas, cita-se a dependência química que é uma das expressões da questão social.

A dependência química é expressão da questão social e o uso abusivo das drogas traz com consequências individuais, sociais e familiares. Isto pode ser percebido nos depoimentos abaixo quando foi perguntado o motivo que levou o entrevistado a viver em situação de rua.

Entrevistado A - *“A dependência química e há vinte e cinco anos sou usuário de drogas, minha família desistiu de mim, sabe dona é triste essa vida, porque tem hora que estou bem, mas às vezes tenho recaída.”*

Entrevistado B- *“Brigas familiares por conta das drogas.”*

Nos depoimentos acima ficam explícitos que na situação de rua estão presentes múltiplos fatores que impulsionam o indivíduo a estar nas ruas, a dependência química é uma delas e nesta situação de rua assim como relatam os entrevistados percebe-se que os vínculos familiares já foram rompidos.

O perfil da população em situação de rua (PSR) é bastante heterogêneo, tem raízes estruturais na sociedade capitalista com concentração de renda, também nas relações familiares, questões ligadas a doença, de saúde mental, ou eventualmente uso de drogas lícitas e ilícitas.

De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2016, p. 7), não é possível estimar a população em situação de rua no Brasil, revela que o país não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua. Porém, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS que realizou a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua no Brasil, o último censo entre 2007 e 2008 considerou que:

O público alvo da pesquisa foi composto por pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua em 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e em 23 capitais. A investigação alcançou um total de *31.922 pessoas em situação de rua*. Note-se, entretanto, que foram excluídos os municípios de São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Brasília por estes contarem com pesquisas semelhantes recentemente concluídas ou em andamento. (BRASIL, 2008, p. 6).

Entretanto, o estudo mais recente do IPEA divulgado em 2015, aponta que existiam mais de 100 mil pessoas em situação de rua em todo Brasil. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016, p. 7).

A população em situação de rua vive em um processo de total vulnerabilidade social, e como se não bastasse, ainda são alvos de violência e preconceito. Seguem abaixo alguns depoimentos dos participantes da pesquisa de como se sentem perante a sociedade estando nas ruas:

Entrevistado A – *“(…) Quando alguém olha pra mim mesmo sendo difícil isso acontecer, sabe me sinto um nada, um lixo. Sabe dona me sinto tão mal, tem vez que penso em morrer.”*

Entrevistada B – *“(…) Invisível. Vejo uma sociedade preconceituosa.*

Entrevistado C – *“(…) É eu sofro, eu choro, tem dias que eu penso que esse processo de rua nunca vai acabar, poxa será que nunca mais vou sair da rua!”*

Por meio dos relatos não há o que questionar, os entrevistados se sentem desprezados, diminuídos, excluídos da sociedade pelo fato de estarem em situação de rua, sem ter trabalho para suprir suas necessidades e uma moradia onde possa descansar e interagir com seus familiares.

Não se tem o direito de questioná-los por estarem na rua, pois a população em situação de rua tem sua raiz na sociedade capitalista. Como já foi mencionado o modo de produção do sistema capitalista gera a desigualdade social.

Durante a entrevista os participantes da pesquisa tiveram a oportunidade de expressar como eles enxergam a sociedade de que fazem parte. Segue abaixo os depoimentos dos entrevistados:

Sendo assim foi realizada a seguinte pergunta: Como o/a senhor (a) enxerga nossa sociedade?

Entrevistado A – *“Penso que é uma sociedade que só pensa nela, acho que as pessoas pensam que estou na rua porque quero. Pra mim essa sociedade é cada um por si e Deus por todos.”*

Entrevistado B – *“Vejo uma sociedade preconceituosa.”*

Entrevistado C – *“Olha, nesse processo de rua, um olhar meu na sociedade que eu critico e critico mesmo, é a sociedade não pode ser juíza de ninguém, a sociedade e principalmente você, você não a*

sua classe de escolha de profissão [Serviço Social], quem trabalha com a assistência social tem que saber lidar com as exceções, o cara que tá na marginalidade, ele é a exceção (...). ”

Entrevistado C- *E aí o que acontece, a sociedade não sabe lidar com as exceções, né a sociedade já tem condições de lidar com a regra, com a lei, ela lida bem, mas quando foge da lei, foge da regra, aí que o negócio começa a tomar rumos diferentes, né e aí por não saber lidar com exceções, eu fui injustiçado muitas vezes, mais outras vezes fui aliviado, teve profissionais que me aliviaram muito nessa minha trajetória, por que souberam lidar comigo na exceção. ”*

Entrevistado C - *“E outra coisa que eu falo não só na área social, mas a área social tá muita envolvida, os políticos brasileiros, eles pensam em obras, não pensam em viabilizar o ser humano. ”*

Os depoimentos acima demonstram que o preconceito, a discriminação, o individualismo, o julgamento da sociedade é percebido, vivido e sentido pela população em situação de rua. Destaca-se o último depoimento quando o entrevistado C diz: *“os políticos brasileiros só pensam em obras, não pensam em viabilizar o ser humano”*, veja como se sente o indivíduo com essas palavras, um sentimento de inferioridade e exclusão da sociedade. Sociedade esta, que cresce tecnologicamente, que acumula riqueza; a riqueza aumenta e deveria diminuir a pobreza, porém ocorre o contrário por conta da desigualdade que há na distribuição da riqueza.

Ressalta-se por fim que a situação de rua não é uma condição escolhida pelo indivíduo que nela se encontra, ele é fruto deste sistema desigual e injusto.

CAPÍTULO II
POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS PARA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA

CAPÍTULO II

POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

No primeiro capítulo foi proposto compreender aspectos da dinâmica da sociedade capitalista, porque esse tipo de sociedade funciona focalizada na propriedade privada e suas principais características. Foram abordados os aspectos da sociedade capitalista, fragilidades das relações familiares, população de rua e a exclusão no Brasil.

Neste segundo capítulo são abordados o conceito e trajetória da Política de Assistência Social, compreender seu funcionamento e como se caracteriza os serviços da assistência social voltada para a população em situação de rua.

A proposta do segundo capítulo é compreender o funcionamento das demais políticas sociais e os direitos sociais para a população em situação de rua e entendermos o que é necessário para contextualizar as possibilidades de efetivação dos direitos sociais da população de rua na sociedade.

2.1 – Política de Assistência Social

De acordo com o artigo primeiro da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, compreendida como Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS, dispõe da organização da Assistência Social, no capítulo I e Art. 1º nos explica que:

Art. 1º- A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas. (BRASIL, 2009, p. 1).

Lembramos que, a assistência social é uma conquista como Política Pública na Constituição Federal de 1988, onde consta no artigo 203, que assistência social é política pública, direito do cidadão e “dever” do Estado. Segundo a Constituição Federal de 1988, Art. 203:

Art. 203- A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 2019, p. 1)

Para ampliar a compreensão referente a Seguridade Social, ela é um sistema de proteção social no Brasil, esse sistema envolve três Políticas que são: a saúde, a previdência e a assistência social. Segundo a Constituição Federal de 1988:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos

colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998). (BRASIL, 1988, p.1).

Fica claro que a Seguridade Social visa então a garantia dos direitos sociais da população brasileira, seja na Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Entendemos que, a assistência social é dever do Estado e direito da sociedade brasileira, é política pública e faz parte da seguridade social.

Nos parágrafos seguintes daremos continuidade na contextualização da Política de Assistência Social. A partir de 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, vem regulamentar a Política de Assistência Social com o objetivo específico de suprir necessidades sociais, a quem dela necessitar.

Destacamos quais são os objetivos da Política de Assistencial Social, onde o primeiro é *Proteção Social*, o segundo *Vigilância Sócio Assistencial* e o terceiro *Defesa do Direito*.

A proteção social tem como objetivo garantir aos indivíduos/cidadão brasileiros que passarem por alguma situação de vulnerabilidade possam contar com a proteção do Estado, proteção social.

A vigilância sócioassistencial vem com o propósito de que é preciso monitorar os territórios e entender que, a política de assistência social não se limita somente ao caráter assistencial, ela também tem essa ideia de monitorar e ver no território as possibilidades e potencialidades de cada território. A Política de Assistência Social tem por objetivos:

Art. 2º- da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS A proteção social, que visa a garanti à vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

I – a proteção a família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração o mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. (BRASIL, 2011, p. 1).

Compreendemos que os objetivos da assistência social têm como foco promover serviços, programas e benefícios de proteção social básica ou especial, para indivíduos, famílias ou grupos que dela (assistência social) necessitarem.

A proteção social é dividida em serviços de proteção básica e especial, o Ministério da Cidadania – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social considera proteção social básica aquela que:

A Proteção Social Básica é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, buscando a inserção de famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a superação dessas situações. (BRASIL, 2019, p. 1).

É importante destacar que a Política de Assistência Social é a porta de acesso para outras políticas e vai fazer o acompanhamento dos indivíduos, grupos e famílias.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é um equipamento do serviço público que oferta a proteção básica, caracteriza-se como principal referência para serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. Segundo o Ministério de Cidadania:

O Centro de Referência de Assistência Social -CRAS é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. (BRASIL, 2015, p. 1).

Percebemos que a função do CRAS é ofertar serviços e ações da proteção social básica da Política de Assistência Social. O seu principal serviço de proteção e atendimento integral à família é o PAIF, este serviço é o carro chefe da proteção social ofertado no CRAS de forma continuada e que visa:

- Fortalecer os vínculos familiares e comunitários;
- Possibilitar espaços de convivência;
- Promover o acesso a benefícios, programas e serviços socioassistenciais;
- Desenvolver atividades com pessoas idosas, mulheres crianças, pessoas com deficiência e famílias. (BRASIL, 2015)

Compreendemos que a assistência social é uma política de direito, e que o serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF é ofertado no CRAS, o qual seu objetivo é de proteger a segurança de convívio, acolhida e sobrevivência.

Já a Proteção Social Especial - PSE é direcionada a famílias e indivíduos em situação risco pessoal e/ou social, assim o Ministério da Cidadania – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social considera Proteção Social Especial - PSE aquela que:

A Proteção Social Especial de Média Complexidade organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. (BRASIL, 2019, p. 1).

De acordo com a **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, constituem unidades públicas para a oferta de **serviços especializados da Proteção Social Especial de Média Complexidade**:

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS;
- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop);
- Centro-Dia.

Os serviços ofertados no nível de Média Complexidade:

- Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (BRASIL, 2019, p. 1).

Percebemos que a responsabilidade pelo atendimento à população em situação de rua pertence a Proteção Social Especial -PSE da Política de Assistência Social.

Vale ressaltar que o Centro de Referência Especializada de Assistência Social -CREAS é uma unidade pública que está destinada a prestar serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, ou seja, com direitos violados. Segundo O Ministério de Cidadania:

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. (BRASIL, 2015, p.1).

Como já mencionamos o CREAS presta serviços a indivíduos e famílias que se encontram em risco pessoal ou social, visando o empoderamento dos indivíduos para que possam sair da situação de violação de direitos.

Destacamos que, o Centro de Referência de Assistência Social -CRAS, busca *prevenir* a ocorrência de situações de risco social, já o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, oferece apoio e orientação especializada a pessoas que já tem situações de riscos comprovados, lembramos que, a população em situação de rua vive em seu cotidiano a situação clara de risco social comprovada, ou seja, está na “rua” sem amparo.

O Caderno de Orientações Técnicas: SUAS – Sistema Único de Assistência Social e População em Situação de Rua volume 3, nos traz a seguinte explicação referente ao Centro POP:

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, previsto no Decreto Nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui-se em uma unidade de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. Diferentemente do CREAS, que atua com diversos públicos e oferta, obrigatoriamente, o PAEFI, o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (BRASIL, 2011, p. 41).

Conforme foi mencionado no parágrafo anterior, o Centro POP oferece em seu interior o Serviço Especializado para pessoas em situação de rua, o serviço visa através de uma equipe interdisciplinar (assistentes sociais e psicólogos) em prestar atendimento, abordagem social e acompanhamentos dos usuários do Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

Segue abaixo o relato dos entrevistados referente ao atendimento no Centro POP no município de Taubaté: Perguntamos se sabiam o que significava o Centro POP?

Entrevistado: A – “[...] Sei, é o local que procuro para tomar um banho, já perdi meus documentos e eles me ajudaram a tirar os documentos, sou sempre bem atendido por todos lá. ”

Entrevistado: B – “[...] Sim, é ajudar as pessoas que estão nas ruas.”

Entrevistado: C – “[...] Sim, fui lá e bem atendido, as minhas necessidades básicas supridas, até por que eu quase sempre tive em situação de rua como migrante, aqui em Taubaté principalmente, como eu fui embora para o Mato Grosso e eu conheço o Centro Pop mais como migrante não como morador de Taubaté, “município”. Tive contato com Centro Pop tive estrutura legal lá, pude lavar roupa tomar banho, encaminham para tirar documentos, o vale almoço no Bom Prato, fazem currículos e agora vou precisar pois eu quero ficar em Taubaté, por que meus filhos moram aqui. Os Serviços é muito bom. ”

Diante de cada relato da entrevista fica claro que a assistência social é a porta aberta para as pessoas em situação de rua, ou seja, ela desencadeia a possibilidade de saída de rua, lembrando que o Centro POP é uma unidade pública que está integrada a Política de Assistência Social para atender pessoas que estiverem em situação de vulnerabilidade social.

Compreende-se que as pessoas em situação de rua, chegando ao Centro POP primeiramente é atendida pelo assistente social e/ou psicólogo nas suas questões de higiene e alimentação, ou seja, suas necessidades básicas.

Vale ressaltar que o município de Taubaté atualmente oferece a rede de apoio e proteção social a pessoas em situação de rua. De acordo com a Prefeitura Municipal de Taubaté (2019, p.1) e para atender este grupo populacional oferecem sete serviços que trabalham de forma conjunta que são:

- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Três Marias);
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Bagé);
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Sabará/Mourisco);
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Santa Tereza e CRAS São Gonçalo) - Total de cinco (5) CRAS no município de Taubaté.
- Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua (CREAS);
- CENTRO POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua);
- Abrigo Institucional para População em Situação de Rua;
- (SEAS) Serviço Especializado de abordagem Social;
- CAPS AD III 24 hs. (Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas).
- Consultório na Rua – Atendimento Móvel para pessoas em situação de rua. (TAUBATÉ, 2019, p. 1).

Lembramos que o CRAS é um equipamento do serviço público que oferta a proteção básica, ou seja, prevenir a ocorrência de situações de risco social, porém o Centro de referência Especializada para População em Situação de Rua - Centro POP é outro equipamento que oferta a proteção especial oferecendo então apoio e orientação especializada a pessoas que já tem situações de riscos comprovados.

Sendo assim a população em situação de rua estão em situação de risco, o município de Taubaté desenvolve programas, serviços e projetos que abarcam serviços de proteção social básica e especial, de média e alta complexidade voltados à população de rua.

Todos os serviços e programas oferecidos envolvem as políticas da assistência social e da saúde.

Sabemos que os desafios são grandes diante do acesso aos direitos da população em situação de rua, porém a assistência social é um direito e ainda que haja desafios, é preciso fortalecer as perspectivas dos direitos humanos.

2.2 – População em situação de rua e o acesso as políticas sociais

O indivíduo em situação de rua precisa de cuidados básicos que são higiene e alimentação, e a assistência social é a Política que possibilita o acesso as demais políticas, como já foi explicado em parágrafos anteriores.

A porta de entrada é a Política de Assistência Social, essa política vai acolher, acompanhar e dar suporte a pessoa em situação de rua se ele (a) desejar sair da rua.

Uma vez entrando pela assistência social, lembrando que, se ele (a) concordar, vai dar continuidade ao acesso aos direitos que são: saúde, educação, qualificação profissional, trabalho e habitação.

No ano de 2009 o governo federal cria a Política Nacional para a População em Situação de Rua e um dos objetivos da Política é o de assegurar acesso ao serviços e programas que integram as políticas públicas, como já mencionados, a saúde, previdência e assistência social são Políticas Públicas, ou seja, o tripé da Seguridade Social que objetiva promover a proteção social dos cidadãos brasileiros. Segundo a Resolução nº 2, de 27 de fevereiro de 2013 define:

Diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). (BRASIL, 2013, p. 1).

O consultório na rua é uma das estratégias no processo de atendimento e cuidado na saúde para População em Situação de Rua (PSR), é projeto que pertence a Política da Saúde, o primeiro Consultório na Rua foi criado em Salvador-Bahia, segundo os autores Londero, Ceccim e Bilibio:

O primeiro Consultório de Rua surge em 1999, em Salvador, na Bahia. Um projeto-piloto criado em decorrência da problemática de crianças e adolescentes que se encontravam na rua e sob uso problemático de drogas. (LONDERO, CECCIM, BILIBIO, 2014, p. 4).

Percebe-se que diante da problemática existente no local era importantíssimo criar um projeto para enfrentamento da situação de risco que viviam as crianças e adolescentes em Salvador. Tal projeto-piloto serviu de modelo para outras demandas e situação de risco social.

O projeto consultório de rua caiu como luva para a população em situação de rua e seu objetivo “não” é tirar as pessoas da rua, mas de cuidar dessas pessoas e garantir o atendimento e o cuidado onde quer que elas estejam.

Percebe-se a importância do serviço ofertado pelo consultório na rua em possibilitar a inclusão ao acesso a saúde, sendo este serviço integrado ao Sistema Único de Saúde – SUS. Segundo o Ministério da Saúde vamos entender o que é o SUS:

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde. (BRASIL, 2019b, p. 1).

A política da saúde garante o acesso universal ao sistema público de saúde a toda sociedade brasileira, ou seja, todos tem acesso e gratuitamente.

Vale ressaltar que o sistema saúde no Brasil teve avanço na Constituição Federal de 1988, assim nos informa o Ministério da Saúde.

Conforme a constituição Federal de 1988 (CF-88), a 'Saúde é um direito de todos e dever do Estado'. No período anterior a CF – 88, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, aproximadamente 30 milhões de pessoas com acesso aos serviços hospitalares, cabendo o atendimento aos demais cidadãos as entidades filantrópicas. (BRASIL, 2019a, p. 1).

Assim a Constituição Federal de 1988 nos garante que saúde é um direito de todos e dever do Estado em disponibilizar serviços, ações e programas, com o foco na saúde como forma de qualidade de vida.

Entendemos que é primordial para as pessoas em situação de rua a Política de Assistência Social e a Política de Saúde, com a assistência ele (a) supre suas necessidades básicas, que são: higiene pessoal e alimentação, a saúde irá cuidar do estado físico e mental do indivíduo.

O Consultório na Rua em nosso olhar representa um avanço no cuidado à saúde das pessoas em situação de rua.

Mencionamos as Políticas de assistência social e Saúde pelo de fato de trabalharem em conjunto com outras políticas, ou seja, a partir dessas políticas os profissionais realizam encaminhamentos para o mercado de trabalho, cursos profissionalizantes, o retorno aos estudos, encaminhamentos para tratamento odontológicos e realização de exames. Segundo a Lei nº 8.742 Orgânica da Assistência Social (LOAS) diz que:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único- A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 2009, p. 7).

Encerramos assim este segundo capítulo e entendemos que a Política de Assistência Social é de fato a porta de entrada para as (PSR) pessoas em situação de rua em acessar as demais políticas sociais, embora nesse atual cenário político brasileiro há ainda de se lutar contra retrocessos das políticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi proposto compreender quais são as possibilidades para mudar a realidade vivida pela população em situação de rua no município de Taubaté. Foi escolhido este município pelo fato da estudante do curso de Serviço Social morar nesta cidade e também por querer entender se a população em situação de rua consegue acessar os direitos sociais.

Essas pessoas são de ambos sexos, casadas, solteiras, com diferentes idades, vivendo sozinhas ou com amigos que fizeram na própria rua, enfim vindos de diferentes regiões do país e o mais desolador, longe do lar e de seus familiares.

Como foi mencionado nesta pesquisa, os entrevistados relataram que não são reconhecidos como sujeitos de direitos e sentem-se como pessoas invisíveis nesta dinâmica da sociedade capitalista. Esses indivíduos vivem fora do contexto social e a pobreza é um dos fatores que escancara a desigualdade social.

Com este trabalho constatamos que, são muitas as situações que desencadeou a ida para a rua, onde foi citada a fragilidade nas relações familiares ocasionadas possivelmente por alguns fatores que mencionamos na pesquisa que foram: experiências de violências, desemprego, problemas de saúde e uso de drogas. É importante ressaltar e foi percebido neste trabalho que não se pode culpabilizar a família e nem o próprio indivíduo por estar em situação de rua.

A população em situação de rua ainda é o reflexo de uma sociedade com raízes no contexto histórico de desigualdade e exploração, pois a dinâmica do sistema capitalista visa somente a valorização do lucro, acumulação da riqueza do capital e exploração da classe trabalhadora. E a valorização da vida fica em segundo plano.

No que diz respeito à contribuição que a pesquisa me proporcionou enquanto aluna, mostrou-me que antes de julgar é preciso compreender que são muitos fatores que desencadeia a ida para rua. Não podemos culpar somente o indivíduo.

A contribuição do estudo para a atuação do assistente social é de total relevância, pois partindo da realidade das pessoas em situação de rua o profissional irá trabalhar no desenvolvimento e aplicação de serviços, programa e projeto para o acesso e garantia de direitos deste público.

Em relação às possibilidades de efetivação dos direitos sociais para a população em situação, percebemos que acessar os direitos eles conseguem, porém é necessária maior atenção do Estado no investimento em políticas públicas para garantir a inclusão social e os direitos sociais.

Embora mencionamos neste trabalho o avanço alcançado referente as políticas públicas, entendemos que é importante articulação entre as políticas setoriais para que possa de fato ocorrer a efetivação dos direitos sociais da população em situação de rua.

Esta articulação deve ocorrer com todos os setores, público, privado, organizações de sociedade civil, ou seja, avaliando, monitorando serviços, ações e projetos para que de fato tenha eficiência e efetivação ao acesso dos direitos sociais para este público.

Por fim, que este estudo em questão possibilite uma reflexão sobre a complexidade que envolve a população em situação de rua.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A questão social no Brasil: os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais.** 1991. p. 1-9. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/mariavictoria/benevides_questao_br_dhe_sc.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

BERHING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretária Especial do Desenvolvimento Social. **Proteção Social Básica. O que é?** Brasília. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/basica>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretária Especial do Desenvolvimento Social. **Proteção Social Especial. O que é?** Brasília. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/media-complexidade>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual da Saúde. **20/02 - Dia Nacional de Combate às Drogas e ao Alcoolismo**, Brasília, DP, 20 fev. 2019a, p. 1. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/component/content/article?id=2908>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é o Sistema Único de Saúde (SUS)?** Brasília, 2019b. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>>. Acesso em: 7 dez. 2019.

BRASIL. Senado Federal. Art. 5º: Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II Dos Direitos Sociais. **Atividade legislativa.** Brasília, p. 1, dez. 2016a. Constituição Federal (Texto copilado até a Emenda nº 95 de 15/12/2016). Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp>. Acesso em: 28 mar. 2019.

BRASIL. Senado Federal. Art. 194. **Atividade Legislativa**.. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_194_.asp>. Acesso em: 30. nov. 2019.

BRASIL. Senado Federal. Art. 6º: Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II Dos Direitos Sociais. **Atividade Legislativa**. Brasília, p. 1, dez. 2016b. Disponível em: <www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_6_.asp>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretária Especial do Desenvolvimento Social. **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/763/9/8-%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua-Carlos%20Ricardo%20-%20202.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de orientações técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua**. Brasília, DF, 2011. v. 3. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF; MDS: Secretaria de Avaliação e gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 9 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7053, de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Brasília, p. 1, dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 1 nov. 2018.

BRASIL. Constituição Federal 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 dez. 2019.

CUNHA, Juliana Gomes da. GARCIA, Agnaldo. SILVA, Thays Hage da. PINHO, Renata Coelho de. **Novos Arranjos: Lançando um olhar sobre os relacionamentos interpessoais de pessoas em situação de rua. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia:** Universidade Federal do Espírito Santo, v. 10, n. 1, p: 95 – 108, jan./jun. ano??, Vitória, ES, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202017000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 out. 2019.

GARCIA, Frederico Duarte et AL (Orgs.). **Vulnerabilidade e uso de Drogas.** Belo Horizonte: 3i Editora; Núcleo de Pesquisa em Drogas, Vulnerabilidade e Comportamentos de Risco a Saúde Centro Regional de Referência em Drogas da UFMG – CRR-UFMG, 2016. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/382902158/Garcia-Et-Al-Vulnerabilidade-e-o-Usode-Drogas-2016>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

GEORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: PUC-SP, 2006.

GERBASI, Vinícius Aleixo. O Consumo no Capitalismo: notas para pensar o mercado, a internet e o individualismo. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 62-69, dez. 2014. semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 maio 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Mônica Araújo. PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva:** Universidade do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, DF, 2009. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Desemprego sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho. Agência IBGE Notícias/** PNAD Continua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). Brasília-DF, p. 1, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>>. Acesso em: 10 maio 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil.** Brasília 2016. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf3>. Acesso em: 25 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População no último censo [2010]**. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/taubate/panorama>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

LARROUSE. **Mini dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Larrouse do Brasil, 2008.

LÊNIN, W. Cahiers Philosophiques. Paris, Sociales, 1965.

LONDERO, Mário Francis Petry; CECCIM, Ricardo Burg; BILIBIO, Luiz Fernando Silva. Consultório de/na rua: desafio para um cuidado em verso na saúde. Lajeado, RS. **Interface. Saúde Comunicação**: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, v. 18, n. 49, p. 1-10, fev. 2014. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/icse/v18n49/1807-5762-icse-1807-576220130738.pdf>>.

Acesso em: 6 dez. 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: Martinelli, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras editora. 1999. (Série Núcleo de Pesquisa, n. 1).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORERA, Caravaca Alonso Jaime; PADILHA, Maria Itayra. **A dinâmica das relações familiares de moradores de rua usuários de crack**. Rio de Janeiro. v. 3, n. 106, p. 748-759, jul./set., 2015. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042015000300748&script=sci_abstract&tlng=pt)

[11042015000300748&script=sci_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042015000300748&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 29 set. 2019.

PINTO, Régia Maria Prado. GONDIM, Antônio Beethoven Carneiro. Trabalho e população em situação de rua: uma análise à luz da questão social. In: VIII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 2017, São Luís, MA. **Anais...** São Luís, MA: Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas. ago. 2017. p. 1-15. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo1/trabalhoepopulacaoemsituacaoderuaumaanalisealuzdaquestaosocial.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

PRATES, Angela Maria Moura Costa. BUENO, Nayara Cristina Bueno. O universo do mundo do trabalho e a profissão de Serviço Social. In: IV SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, Londrina, PR. **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Universidade Estadual de Londrina, set. 2010, Londrina, PR, set. 2010. p: 187-196. Disponível em:

<http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt3/18_AngelaPrates%26NayaraBueno.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. FLAIN, Valdirene Silveira. Capitalismo e consumismo: os desafios do consumo sustentável na sociedade contemporânea. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, RS, v. 44, n. 143, p. 357-378, dez. 2017.

Disponível em:

<<http://ajuris.kinghost.net/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/view/621/Ajuris143DT14>>. Acesso em: 17 out. 2019.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situações de rua no Brasil**, São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. Dissertação (Serviço Social)- Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. 220f. Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

SILVA, Regiane da, BOLZE, Simone Dill Azevedo. Diferentes configurações familiares: repercussões no desenvolvimento de crianças e adolescentes. **Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí: Pós-Graduação de Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social**. Santa Catarina, SC, p. 1-20, 2016. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Regiane-da-Silva.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2019.

TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YASBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão Social no Brasil. **Temporalis: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, ano 2, n. 3, p. 5-87, jan./jul. 2001. Disponível em: <http://cressmt.org.br/novo/wpcontent/uploads/2018/08/Temporalis_n_3_Questao_Social.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

ZEITOUNE, Regina Célia Gollner et al. O conhecimento de adolescentes sobre drogas lícitas e ilícitas: uma contribuição para a enfermagem comunitária. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, mar. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012000100008>. Acesso em: 30 out. 2019.

TAUBATÉ. Prefeitura Municipal de Taubaté. Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, 2015. Disponível em: <<http://www.taubate.sp.gov.br/social/>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL, Ministério da Cidadania. Secretária Especial do Desenvolvimento Social. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº2, de 27 de fevereiro de 2013. **Define diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/agosto/17/plano-operativo-poprua.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **A Assistência Social é uma política pública**: um direito de todo cidadão que dela necessitar: o que é. Brasília, p.1, ago. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>>. Acesso em: 22 out. 2018.

BRASIL. Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2011. **Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL, Senado Federal. **Atividade Legislativa**. Constituição Federal (Texto Compilado até a Emenda Constitucional nº 100 de (26/06/2019)). Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/ind.asp>. Acesso em: 30 nov. 2019.

CONSULTÓRIO na Rua começa a atender em Taubaté. **Portal R3.com.br**, Pindamonhangaba, SP, p.1, 16 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.portar3.com.br/2015/06/consultorio-na-rua-comeca-a-atender-em-taubate/>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de Rua. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, RS, v. 4, n. 1, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993/773>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução: trabalho e sociabilidade. In: CENTRO DE APRENDIZAGEM A DISTÂNCIA: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

Capacitação em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: Cead-UNB, 1999.

MÉSZÁRIOS, István. **Para além do capital.** São Paulo. Editora Boitempo, 2002. VC CONSULTOU ESTE LIVRO? O QUE ENCONTREI FOI UM AUTOR QUE MENCIONA MÈSZARIOS, AÍ A CITAÇÃO ENTRA APUD

TAUBATÉ. Prefeitura Municipal de Taubaté. Secretaria de Saúde, 2015. Disponível em: <<http://www.taubate.sp.gov.br/saude>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

TAUBATÉ. Prefeitura Municipal de Taubaté. Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 2015. Disponível em: <<http://www.taubate.sp.gov.br/saudemental/>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A
Roteiro de questões para a entrevista

Identificação do entrevistado:

Nome:

Sexo:

Idade:

Religião:

Naturalidade:

Escolaridade:

Trabalho/Profissão:

1. Há quanto tempo está na rua?
2. Qual o motivo que o/a Sr. (a) levou a morar nas ruas?
3. O senhor (a) tem contato com sua família?
4. Como o/a senhor (a) se sente perante a sociedade?
5. Como o senhor (a) enxerga nossa sociedade?
6. Sua alimentação é feita diariamente? () Sim ou () Não Explique

7. O/A senhor (a) sabe o que é a Assistência Social?
8. O que entende por direito social? Tem acesso a ele?
9. Como o/a senhor (a) entende as possibilidades para mudar a sua realidade vivida atualmente?
10. Como o/a Sr. (a) entende as possibilidades para mudar a sua realidade vivida atualmente?

APÊNDICE B

Sistematização dos dados da entrevista

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ENTREVISTADO A	ENTREVISTADO B	ENTREVISTADO C
<p>OBJETIVO 1</p> <p>- Conhecer as condições socioeconômicas e culturais das pessoas em situação de rua.</p>	<p>[Situação de Rua]. Olha dona nem sei ao certo, é ...mais de seis anos.</p> <p>R: A Dependência Química, e a vinte e cinco anos sou usuário de drogas, minha família desistiu de mim, sabe dona é triste essa vida, porque tem hora que estou bem, mais as vezes tenho recaída.</p> <p>R: Não. A droga me separou da família.</p> <p>[...] Sempre peço para as pessoas, outras vezes vou em cima da Rodoviária Velha aqui em Taubaté que fica o CREAS, vou pedir pra assistente social um vale almoço no Bom Prato.</p>	<p>[Situação de Rua]. Mais de cinco a anos.</p> <p>R: Brigas familiares por conta do alcoolismo.</p> <p>R: Sim...com meus irmãos, é que meus pais morreram.</p> <p>Alimentação[...] Só quando consigo, mas me orientaram a procurar o Centro POP aqui em Taubaté.</p>	<p>R: Cristão Católico, sou cristão, frequento e vivo meu cristianismo na igreja católica, podia ser na espirita, no protestante, né. E sou praticante dentro do meu conceito de praticar, né, porque muitas coisas que eu faço tem muita gente que me condena, mas por não conhecer a palavra, por não conhecer a bíblia, né eu sou tranquilo, me considero praticante apesar de muita gente dizer que eu não sou praticante, por que eu fumo por exemplo.</p> <p>[...]Tenho superior incompleto, fiz um ano de Faculdade análise de sistemas e seis meses de Turismo e não concluir. Em análise de sistema eu já era praticamente Analista de Sistema, era supervisor de cpd de Banco e quando eu cheguei na Faculdade eu ensina muito mais do que aprendia, por que eu já estava muito além eu era programador Cobol, já lidava com diversas linguagens. E Ai o que acontece, ah resolvi abandonar a informática e ai fui ser repórter fotográfico, jornalista, foi quando eu pensei turismo logo e quero concluir se eu for terminar uma faculdade vai ser de turismo.</p>

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ENTREVISTADO A	ENTREVISTADO B	ENTREVISTADO C
<p>Continuação</p> <p>OBJETIVO 1</p> <p>- Conhecer as condições socioeconômicas e culturais das pessoas em situação de rua</p>			<p>[...] Escritor, to trabalhando e tentando ser escritor e eu escrevi um livro e to terminando as últimas revisões, mas é um livreto, um livro não, é sobre o cristianismo, sobre o aprendizado do perdão, o título é “A porta estreita”. Atualmente eu sou escritor, tentando né, uma hora tô tentando viabilizar alguma coisa efetiva, talvez pintor de interiores é uma coisa que já trabalhei, né. Talvez vendedor, ter comprar algum produto para revender ou procurar alguma empresa na área de vendas que eu gosto de fazer também.</p> <p>Seis anos. Em situação de rua eu comecei em 2010, vai ser seis anos e nesses seis anos teve aí uns seis meses em que eu consegui alugar um quartinho saindo da rua e nesse s seis meses eu vivi na rua. Mas teve alguns períodos que eu fiquei em albergues, fiquei um ano no albergue em Campo Grande, é mais o restante desse tudo na rua.</p> <p>[...] Então eu sou de uma família protestante e os usos e costumes como católico não agradou minha família, não agradou meu pai, por que eu tenho família pastores, missionárias. Minha irmã quando meu pai e minha mãe começaram a adoecer e precisou de ter alguém dentro da casa do meu pai pra cuidar do meu pai por que minha mãe adoeceu, essa minha irmã, uma irmã minha foi e contaminou a mente do meu pai e ele me expulsou de casa, né eu já com 48 anos , mas eu morava na casa dos meu pais, eu tinha recém separado e ai o que acontece não tinha um aluguel,</p>

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ENTREVISTADO A	ENTREVISTADO B	ENTREVISTADO C
<p>Continuação</p> <p>OBJETIVO 1</p> <p>- Conhecer as condições socioeconômicas e culturais das pessoas em situação de rua</p>			<p>não tinha um lugar estável pra eu ficar aí começou meu processo de rua e não consegui sair mais, agora eu to vendo se consigo sair.</p> <p>R: sim, tenho tanto contato com os meus irmãos e meus filhos, mais é um contato é..... Esporádico e superficial, né . Eu não tenho uma casa de um irmão, ou filho pra tomar banho, isso eu não tenho. O meu processo de rua é me traz uma fraqueza que é o seguinte as pessoas pensam que eu indo lá pra casa deles eu vou ficar, que não sairia mais, entendeu, o que acontece se eu fico um, dois dias as pessoas né, pensam esse cara gosta de ficar na rua e não quer sair da rua, e só vem pra ele tomar banho, come....Então o que acontece é um método da sociedade exigir de mim, a minha própria família socialmente falando, quer exigir de mim ou eu fique na rua ou eu arrume um canto, me viabilize para viver minha vida.</p>

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ENTREVISTADO A	ENTREVISTADO B	ENTREVISTADO C
<p>OBJETIVO 2</p> <p>- Identificar violação dos direitos sociais vivido da população em situação de rua.</p>	<p>[...] Quando alguém olha pra mim mesmo sendo difícil isso acontecer, sabe me sinto um nada, um lixo. Sabe dona me sinto tão mal, tem vez que penso em morrer.</p> <p>R: Penso que é uma sociedade que só pensa nela, acho que as pessoas pensam que estou na rua porque quero. Pra mim essa sociedade é cada um por si e Deus por todos.</p> <p>(...) Penso que é viver bem na sociedade, já li na constituição que é direito das pessoas ter moradia, trabalho, estudo. Mas vejo que é um mundo injusto, uns com muito e outros com pouco. Olha dona poucos tem esse tal direito social na sua vida, a pessoa trabalha pra que mal dá pra comer. Desculpa falar isso pra senhora, mas é o que estou sentindo agora. Entendo que para as pessoas ter acesso a ele precisa implorar as</p>	<p>Alimentação[...] Só quando consigo, mas me orientaram a procurar o Centro POP aqui em Taubaté.</p> <p>R: Invisível.</p> <p>R: Vejo uma sociedade preconceituosa</p> <p>R: Entendo que é ter uma vida digna e o mínimo de conforto, mas só que eu não tenho né. Olha procuro acessar o direito social mais é difícil, vejo que pessoas que vivem igual eu na rua não tenho muito acesso.</p>	<p>R: Olha nesse processo de rua, um olhar meu na sociedade que eu critico e critico mesmo, é a sociedade não pode ser juíza de ninguém, a sociedade e principalmente você, você não a sua classe de escolha profissional, quem trabalha com assistência social tem que saber lidar com as exceções, o cara que tá na marginalidade ele é a exceção, meu caso aqui em Taubaté, eu to querendo ficar no albergue pra tentar me viabilizar economicamente uns dias não consigo por que eu não sou munícipe, e não consigo por que não sou migrante, certo eu sou uma exceção. E aí o que acontece a sociedade não sabe lidar com as exceções, né a sociedade já tem condições de lidar com a regra, com a lei, ela lida bem, mas quando foge da lei, foge da regra, aí que o negócio começa a tomar rumos diferentes, né e aí por não saber lidar, eu fui injustiçado muitas vezes, mais outras vezes eu fui aliviado, teve profissionais que me aliviaram muito nessa minha trajetória, por que souberam lidar comigo na exceção. Mas teve muitos que não, que bate no martelo como se fosse um juiz e tem que ser a regra, e eu fico como no meu caso, não fico no albergue porque não sou munícipe e fico sendo mandado embora num lugar que eu quero ficar quem quer que seja migrante num lugar que eu quero ficar, eu que ficar aqui em Taubaté. E outra, uma coisa que eu falo não só na área social, mas a área social tá muita envolvida, os políticos brasileiros, eles pensam em obras, não pensam em viabilizar o ser humano! O ser humano no Brasil é viabilizado pelo Sebrae, Senai, Sesi, Empresas corporativas, agricultura, pecuária, são esses os lugares que viabilizam o indivíduo, mas não tem um Banco do povo eficiente, que fala, esse</p>

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ENTREVISTADO A	ENTREVISTADO B	ENTREVISTADO C
<p>Continuação</p> <p>OBJETIVO 2</p> <p>- Identificar violação dos direitos sociais vivido da população em situação de rua.</p>	<p>vezes, é direito nosso mas a gente não consegui. Na situação que vivo tenho acesso sim, tive alimentação no bom prato, fiquei uns dias no abrigo, passei por psicólogo no CAPS, o problema é que não consigo me cuidar.</p> <p>[...] Olha dona poucos tem esse tal direito social na sua vida, a pessoa trabalha pra que mal dá pra comer. Desculpa falar isso pra senhora, mas é o que estou sentindo agora. Entendo que para as pessoas ter acesso a ele precisa implorar as vezes, é direito nosso mas a gente não consegui. Na situação que vivo tenho acesso sim, tive alimentação no bom prato, fiquei uns dias no abrigo, passei por psicólogo o CAPS, o problema é que não consigo me cuidar.</p>		<p>cara tá na rua, vamos pegar esse cara e ver o que ele gosta de fazer, e qualificar essa pessoa no que ela gosta de fazer, por que se o cara quer e gosta de fazer alguma coisa, ele larga a droga, ele sai do processo de rua, se ele for viabilizado naquilo que ele gosta de fazer. Mas isso não tem em lugar nenhum no Brasil.</p> <p>[...] Então eu sou um cara que não sei pedir muito, sou um cara que só peço na hora da última necessidade, né então eu procuro antes de pedir viabilizar a renda, as vezes eu passo um, dois dias sem viabilizar renda nenhuma, por que eu também não sei guardar carro, por que eu quero um país pra nós que, onde não precisa ninguém guardar carro por que não tem ladrão, por que hoje na situação de rua uma das profissões mais comum no morador de rua é guardar carro, e polícia devia também ser assistente social, todo polícia no brasil devia ser formado em assistente social e não na academia militar, certo, por que ai ele identifica a exceção antes da exceção cometer o crime. Vai ter um outro olhar, identifica os problemas e tal, lida com aquilo e trata. Olha eu fui supervisor de CPD uns três anos infeliz, tinha um salário bom e não era feliz, bebia muito.</p> <p>R: Assistência Social seria o comportamento da sociedade para assistir alguém? Eu já estou com meus direitos negados antes de ir pra rua.</p>

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ENTREVISTADO A	ENTREVISTADO B	ENTREVISTADO C
<p>OBJETIVO 3</p> <p>- Analisar se as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua oferecem possibilidades para a efetivação dos direitos sociais.</p>	<p>R: Sempre peço para as pessoas, outras vezes vou em cima da Rodoviária Velha aqui em Taubaté que fica o CREAS, vou pedir pra assistente social um vale almoço no Bom Prato.</p> <p>R: Não sei muito bem, mas acho que é pra ajudar pessoas na situação que estou, por várias vezes me levaram no Centro POP aqui na cidade, e lá tive orientações tomei banho e consegui ficar uns dias no abrigo.</p> <p>R: Sei, é o local que procuro para tomar um banho, já perdi meus documentos e eles me ajudaram a tirar os documentos, sou sempre bem atendido por todos lá.</p> <p>R: Olha nesses altos e baixos da minha vida, vejo que tive vários momentos pra mim mudar minha situação, entendo que tem possibilidades, os profissionais do CAPS e Centro POP sempre me ajudam, mais eu acabo sendo vencido pela droga. Olha onde estou de novo na rua, mas irei continuar lutando.</p>	<p>R: Sei, é uma política que ajuda as pessoas mais pobres.</p> <p>R: Sim, é ajudar as pessoas que estão nas ruas.</p> <p>R: É possibilidades sempre tem, a gente que precisa se agarrar em alguma delas pra conseguir mudar e melhorar nossa vida. Mais quando tem vício é mais difícil. Escuto as pessoas dizer que é falta de vergonha na cara, não é bem assim. Eu luto a anos, perdi família, trabalho e dignidade, desculpa por um momento lembrei de tudo que tive e perdi.</p> <p>[...] Bem eu vou buscar ajuda novamente, preciso tentar mais uma vez, acho que uma das possibilidades começa comigo, eu querer e agora tenho um companheiro que conheci na rua e que também vai lutar junto comigo.</p>	<p>R: Sim, fui lá e bem atendido, as minhas necessidades básicas supridas, até por que eu quase sempre tive em situação de rua como migrante, aqui em Taubaté principalmente, como eu fui embora para o Mato Grosso e eu conheço o Centro Pop mais como migrante não como morador de Taubaté, “município”.</p> <p>Tive contato com Centro Pop tive estrutura legal lá, pude lavar roupa tomar banho, encaminham para tirar documentos, o vale almoço no Bom Prato, fazem currículos e agora vou precisar pois eu quero ficar em Taubaté, por que meus filhos moram aqui. Os Serviços é muito bom.</p> <p>R: Ó a minha realidade nesse momento, ela tá cominando com algumas variantes, primeiro o meu pai morreu, minha mãe morreu, fez dois anos, a família está resolvendo sobre inventário, o meu processo de rua vai acabar, pois no dia que eu pegar a minha herança, o meu irmão está administrando tal, eu compro uma casinha pra mim aqui em Taubaté e resolvi o meu problema em situação de rua. Ai uma outra luz do fim do túnel, é o meu livreto que quero me viabilizar como escritor é uma coisa que eu amaria, né, se esse livreto meu cair na mão de alguma pessoa que fala esse cara tem alguma coisa, que vale a pena e de repente eu consiga uma independência financeira a partir desse livreto e de outros que eu quero escrever e para escrever eu preciso ter tempo, né. Então se esse livretinho que tenho me der viabilização econômica também é uma via para eu sair da rua, mas tem a terceira via que eu registrar a carteira de novo, como vendedor, pintor, mesmo que seja um ou dois anos só, né, até eu me estabelecer comprar minha casa com a herança dos meus pais. Sabe, as possibilidades que aparecerem eu preciso me agarrar para poder sair dessa situação de rua.</p>

APÊNDICE C

Entrevista na íntegra com os participantes

PRIMEIRO: ENTREVISTADO A

1 – Há quanto tempo está na rua?

R: Olha dona nem sei ao certo, é ...mais de seis anos.

2 – Qual o motivo que levou o Sr. a morar nas ruas?

R: A Dependência Química e a vinte e cinco anos sou usuário de drogas, minha família desistiu de mim, sabe dona é triste essa vida, porque tem hora que estou bem, mais as vezes tenho recaída.

3 – O Senhor tem contato com sua família?

R: Não. A droga me separou da família.

4 – Como o senhor se senti perante a sociedade?

R: Quando alguém olha pra mim mesmo sendo difícil isso acontecer, sabe me sinto um nada, um lixo. Sabe dona me sinto tão mal, tem vez que penso em morrer.

5 – Como o senhor enxerga nossa sociedade?

R: Penso que é uma sociedade que só pensa nela, acho que as pessoas pensam que estou na rua porque quero. Pra mim essa sociedade é cada um por si e Deus por todos.

6 – Sua alimentação é feita diariamente? () Sim ou (X) Não Explique?

R: Sempre peço para as pessoas, outras vezes vou em cima da Rodoviária Velha aqui em Taubaté que fica o CREAS, vou pedir pra assistente social um vale almoço no Bom Prato.

7 – O senhor sabe o que é a Assistência Social?

R: Não sei muito bem, mas acho que é pra ajudar pessoas na situação que estou, por várias vezes me levaram no Centro POP aqui na cidade, e lá tive orientações tomei banho e consegui ficar uns dias no abrigo.

8 – O que entende por direito social? Tem acesso a ele?

R: Penso que é viver bem na sociedade, já li na constituição que é direito das pessoas ter moradia, trabalho, estudo. Mas vejo que é um mundo injusto, uns com muito e outros com pouco. Olha dona poucos tem esse tal direito social na sua vida, a pessoa trabalha pra que mal dá pra comer. Desculpa falar isso pra senhora, mas é o que estou sentindo agora. Entendo que para as pessoas ter acesso a ele precisa implorar as vezes, é direito nosso mas a gente não consegui. Na situação que vivo tenho acesso sim, tive alimentação no bom prato, fiquei uns dias no abrigo, passei por psicólogo no CAPS, o problema é que não consigo me cuidar.

9 - Sabe o que significa o Centro POP (Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua)?

R: Sei, é o local que procuro para tomar um banho, já perdi meus documentos e eles me ajudaram a tirar os documentos, sou sempre bem atendido por todos lá.

10 - Como o/a Sr. (a) entende as possibilidades para mudar a sua realidade vivida atualmente?

R: Olha nesses altos e baixos da minha vida, vejo que tive vários momentos pra mim mudar minha situação, entendo que tem possibilidades, os profissionais do CAPS e Centro POP sempre me ajudam, mais eu acabo sendo vencido pela droga. Olha onde estou de novo na rua, mas irei continuar lutando.

SEGUNDO: ENTREVISTADO B

1 – Há quanto tempo está na rua?

R: Mais de cinco a anos.

2 – Qual o motivo que levou o (a) Sr. (a) a morar nas ruas?

R: Brigas familiares por conta do alcoolismo.

3 – O/a Senhor (a) tem contato com sua família?

R: Sim...com meus irmãos, é que meus pais morreram.

4 – Como o/a senhor (a) se senti perante a sociedade?

R: Invisível.

5 – Como o/a senhor (a) enxerga nossa sociedade?

R: Vejo uma sociedade preconceituosa

6 – Sua alimentação é feita diariamente? () Sim ou (X) Não Explique?

R: Só quando consigo, mas me orientaram a procurar o Centro POP aqui em Taubaté.

7 – O/a senhor (a) sabe o que é a Assistência Social?

R: Sei, é uma política que ajuda as pessoas mais pobres.

8 – O que entende por direito social? Tem acesso a ele?

R: Entendo que é ter uma vida digna e o mínimo de conforto, mas só que eu não tenho né. Olha procuro acessar o direito social mais é difícil, vejo que pessoas que vivem igual eu na rua não tenho muito acesso.

9 – Sabe o que significa o Centro POP (Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua)?

R: Sim, é ajudar as pessoas que estão nas ruas.

10 - Como o/a sr. (a) entende as possibilidades para mudar a sua realidade vivida atualmente?

R: É possibilidades sempre tem, a gente que precisa se agarrar em alguma delas pra conseguir mudar e melhorar nossa vida. Mais quando tem vício é mais difícil. Escuto as pessoas dizer que é falta de vergonha na cara, não é bem assim. Eu luto a anos, perdi família, trabalho e dignidade, desculpa por um momento lembrei de tudo que tive e perdi.

Bem eu vou buscar ajuda novamente, preciso tentar mais uma vez, acho que uma das possibilidades começa comigo, eu querer e agora tenho um companheiro que conheci na rua e que também vai lutar junto comigo.

TERCEIRO: ENTREVISTADO C

RELIGIÃO: Cristão Católico, sou cristão, frequento e vivo meu cristianismo na igreja católica, podia ser na espírita, no protestante, né. E sou praticante dentro do meu conceito de praticar, né, porque muitas coisas que eu faço tem muita gente que me condena, mas por não conhecer a palavra, por não conhecer a bíblia, né eu sou tranquilo, me considero praticante apesar de muita gente dizer que eu não sou praticante, por que eu fumo por exemplo.

ESCOLARIDADE: Tenho superior incompleto, fiz um ano de Faculdade análise de sistemas e seis meses de Turismo e não concluí. Em análise de sistema eu já era praticamente Analista de Sistema, era supervisor de cpd de Banco e quando eu cheguei na Faculdade eu ensina muito mais do que aprendia, por que eu já estava muito além eu era programador Cobol, já lidava com diversas linguagens. E Ai o que acontece, ah resolvi abandonar a informática e ai fui ser repórter fotográfico, jornalista, foi quando eu pensei turismo logo e quero concluir se eu for terminar uma faculdade vai ser de turismo.

TRABALHO/PROFISSÃO: Escritor, to trabalhando e tentando ser escritor e eu escrevi um livro e to terminando as últimas revisões, mas é um livreto, um livro não, é sobre o cristianismo, sobre o aprendizado do perdão, o título é “A porta estreita”. Atualmente eu sou escritor, tentando né, uma hora tô tentando viabilizar alguma coisa efetiva, talvez pintor de interiores é uma coisa que já trabalhei, né. Talvez vendedor, ter comprar algum produto para revender ou procurar alguma empresa na área de vendas que eu gosto de fazer também.

1 – Há quanto tempo está na rua?

R: Seis anos. Em situação de rua eu comecei em 2010, vai ser seis anos e nesses seis anos teve aí uns seis meses em que eu consegui alugar um quartinho saindo da rua e nesse s seis meses eu vivi na rua. Mas teve alguns períodos que eu fiquei em albergues, fiquei um ano no albergue em Campo Grande, é mais o restante desse tudo na rua.

2 – Qual o motivo que levou o (a) Sr. (a) a morar nas ruas?

R: Então eu sou de uma família protestante e os usos e costumes como católico não agradou minha família, não agradou meu pai, por que eu tenho família pastores, missionárias. Minha irmã quando meu pai e minha mãe começaram a adoecer e precisou de ter alguém dentro da casa do meu pai pra cuidar do meu pai por que minha mãe adoeceu, essa minha irmã, uma irmã minha foi e contaminou a mente do meu pai e ele me expulsou de casa, né eu já com 48 anos , mas eu morava na casa dos meu pais, eu tinha recém separado e ai o que acontece não tinha um aluguel, não tinha um lugar estável pra eu ficar aí começou meu processo de rua e não consegui sair mais, agora eu to vendo se consigo sair.

3 – O/a Senhor (a) tem contato com sua família?

R: sim, tenho tanto contato com os meus irmãos e meus filhos, mais é um contato é..... Esporádico e superficial, né. Eu não tenho uma casa de um irmão, ou filho pra tomar banho, isso eu não tenho. O meu processo de rua é me traz uma fraqueza que é o seguinte as pessoas pensam que eu indo lá pra casa

deles eu vou ficar, que não sairia mais, entendeu, o que acontece se eu fico um, dois dias as pessoas né, pensam esse cara gosta de ficar na rua e não quer sair da rua, e só vem pra ele tomar banho, come....Então o que acontece é um método da sociedade exigir de mim, a minha própria família socialmente falando, quer exigir de mim ou eu fique na rua ou eu arrume um canto, me viabilize para viver minha vida.

4 – Como o/a senhor (a) se senti perante a sociedade?

R: olha eu me sinto um pouco aliviado, por que o meu processo de rua tem haver também com as minhas escolhas, né, eu por exemplo tô num processo de rua de seis a sete anos, mas também tem uma escolha minha pessoal, por exemplo a 15 anos eu decidir que não queria trabalhar para os outros, decidi que eu ia me viabilizar como profissional, economicamente né, e aí o que acontece o meu nível de renda era muito alto, eu fui analista de sistema, repórter fotográfico, bancário trabalhei em jornal diário, então quando assumir ser independente financeiramente o meu nível de renda caiu muito, isso foi um dos fatores que cominou também com a minha situação de rua, né. Mas tem também a minha escolha nisso, é eu sofro, eu choro, tem dias que eu penso que esse processo de rua nunca vai acabar, poxa será que nunca mais vou sair da rua! Mas o que acontece eu saio da Rua hoje se eu arrumar um emprego registrado, né e eu tô 55 anos não é difícil, tenho saúde, não tenho nenhuma doença crônica, não tenho nada que me impeça de fazer um currículo e arrumar um emprego, só que sou resistente, né Eu quero ser independente economicamente, e a rua me dá essa independência um pouco, né. Eu aprendi viver com o pouco, mas com minha viabilização, como cuidando de um carro, limpando um terreno, por que muitas vezes eu paro de trabalhar por que penso muito, e, eu sou cara que pensa muito, escrevi um livro, isso é legal por que se eu não tivesse um dia parado de trabalhar numa empresa, eu trabalhei no Bamerindus é....uma semana dormindo quatro horas, depois dormi trinta e uma horas direto, quase morri de tanto trabalhar de analista de sistema, mas a faculdade mais o cpd na época, eu tinha tempo pra pensar? Pra pensar na minha religiosidade, pensar no meu crescimento, na minha vida, né. Então tem as vantagens, eu nesse processo de Rua eu aproveitei muito pra pensar, pra refletir, pra ter um entendimento melhor de mim mesmo, e sei que em breve, eu não tô num processo eterno de rua, as vezes em penso que não vai acabar, mas eu sei que vai acabar, um dia vou me aposentar, o dia que eu aposentar sei que o salário mínimo é pequeno, mas um aluguel paga, né. Ou nem aluguel, quando eu me aposentar e quiser ir pra uma casa de repouso, dou o meu salário vou ter tudo, cama, comida, não preciso esquentar a cabeça com nada.

5 – Como o/a senhor (a) enxerga nossa sociedade?

R: Olha nesse processo de rua, um olhar meu na sociedade que eu critico e critico mesmo, é a sociedade não pode ser juíza de ninguém, a sociedade e principalmente você, você não a sua classe de escolha profissional, quem trabalha com assistência social tem que saber lher dar com as exceções, o cara que tá na marginalidade ele é a exceção, meu caso aqui em Taubaté, eu to querendo ficar no albergue pra tentar me viabilizar economicamente uns dias não consigo por que eu não sou munícipe, e não consigo por que não sou migrante, certo eu sou uma exceção. E ai o que acontece a sociedade não

sabe lhe dar com as exceções, né a sociedade já tem condições de lidar com a regra, com a lei, ela lida bem, mas quando foge da lei, foge da regra, aí que o negócio começa a tomar rumos diferentes, né e aí por não saber lhe dar, eu fui injustiçado muitas vezes, mais outras vezes eu fui aliviado, teve profissionais que me aliviaram muito nessa minha trajetória, por que souberam lhe dar comigo na exceção. Mas teve muitos que não, que bate no martelo como se fosse um juiz e tem que ser a regra, e eu fico como no meu caso, não fico no albergue porque não sou munícipe e fico sendo mandado embora num lugar que eu quero ficar querem que seja migrante num lugar que eu quero ficar, eu que ficar aqui em Taubaté. E outra, uma coisa que eu falo não só na área social, mas a área social tá muita envolvida, os políticos brasileiros, eles pensam em obras, não pensam em viabilizar o ser humano! O ser humano no Brasil é viabilizado pelo Sebrae, Senai, Sesi, Empresas corporativas, agricultura, pecuária, são esses os lugares que viabilizam o indivíduo, mas não tem um Banco do povo eficiente, que fala, esse cara tá na rua, vamos pegar esse cara e ver o que ele gosta de fazer, e qualificar essa pessoa no que ela gosta de fazer, por que se o cara quer e gosta de fazer alguma coisa, ele larga a droga, ele sai do processo de rua, se ele for viabilizado naquilo que ele gosta de fazer. Mas isso não tem em lugar nenhum no Brasil.

6 – Sua alimentação é feita diariamente? () Sim ou (X) Não Explique?

Então eu sou um cara que não sei pedir muito, sou um cara que só peço na hora da última necessidade, né então eu procuro antes de pedir viabilizar a renda, as vezes eu passo um, dois dias sem viabilizar renda nenhuma, por que eu também não sei guardar carro, por que eu quero um país pra nós que, onde não precisa ninguém guardar carro por que não tem ladrão, por que hoje na situação de rua uma das profissões mais comum no morador de rua é guardar carro, e polícia devia também ser assistente social, todo polícia no Brasil devia ser formado em assistente social e não na academia militar, certo, por que aí ele identifica a exceção antes da exceção cometer o crime. Vai ter um outro olhar, identifica os problemas e tal, lida com aquilo e trata. Olha eu fui supervisor de CPD uns três anos infeliz, tinha um salário bom e não era feliz, bebia muito.

7 – O/a senhor (a) sabe o que é a Assistência Social?

R: Assistência Social seria o comportamento da sociedade para assistir alguém? Eu já estou com meus direitos negados antes de ir pra rua.

8 – O que entende por direito social? Tem acesso a ele?

R: Olha vou falar algo pra eu não entendo de direito social, eu não sei se uma bolsa família passa a ser um direito social? Não sei se uma cesta básica é um direito social, eu falei de cesta básica por que quem dava pra mim era meu empregador e não o governo, trabalhando eu nunca peguei cesta básica do Governo e no processo de rua eu também não peguei cesta básica do Governo. Eu tenho o nº NIS, mas assim como eu não quero um país com guardador de carro, também não quero um país com o bolsa família.

9 – Sabe o que significa o Centro POP (Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua)?

R: Sim, fui lá e bem atendido, as minhas necessidades básicas supridas, até por que eu quase sempre tive em situação de rua como migrante, aqui em Taubaté principalmente, como eu fui embora para o Mato Grosso e eu conheço o Centro Pop mais como migrante não como morador de Taubaté, “municípe”. Tive contato com Centro Pop tive estrutura legal lá, pude lavar roupa tomar banho, encaminham para tirar documentos, o vale almoço no Bom Prato, fazem currículos e agora vou precisar pois eu quero ficar em Taubaté, por que meus filhos moram aqui. Os Serviços é muito bom.

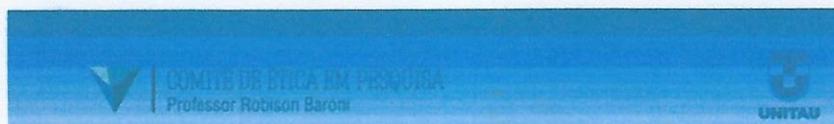
10 - Como o/a sr. (a) entende as possibilidades para mudar a sua realidade vivida atualmente?

R: Ô a minha realidade nesse momento, ela tá cominando com algumas variantes, primeiro o meu pai morreu, minha mãe morreu, fez dois anos, a família está resolvendo sobre inventário, o meu processo de rua vai acabar, pois no dia que eu pegar a minha herança, o meu irmão está administrando tal, eu compro uma casinha pra mim aqui em Taubaté e resolvi o meu problema em situação de rua. Ai uma outra luz do fim do túnel, é o meu livreto que quero me viabilizar como escritor é uma coisa que eu amaria, né, se esse livreto meu cair na mão de alguma pessoa que fala esse cara tem alguma coisa, que vale a pena e de repente eu consiga uma independência financeira a partir desse livreto e de outros que eu quero escrever e para escrever eu preciso ter tempo, né. Então se esse livretinho que tenho me der viabilização econômica também é uma via para eu sair da rua, mas tem a terceira via que eu registrar a carteira de novo, como vendedor, pintor, mesmo que seja um ou dois anos só, né, até eu me estabelecer comprar minha casa com a herança dos meus pais. Sabe, as possibilidades que aparecerem eu preciso me agarrar para poder sair dessa situação de rua.

ANEXOS

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do participante



MODELO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

“O Sr (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS POSSIBILIDADES PARA MUDAR SUA REALIDADE NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ”, sob a responsabilidade do pesquisador (a) ROBERTA BRITO DE BULHÕES CASCARDI. Nesta pesquisa pretendemos “Analisar quais são as possibilidades de efetivação dos direitos sociais de sujeitos em situação de rua no município de Taubaté”. Sua participação é voluntária e se dará por meio da coleta de dados utilizaremos a técnica de entrevista semi-estruturada. A entrevista semiestruturada “combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. Na entrevista não cabe ao entrevistador concordar ou discordar das opiniões emitidas pelo entrevistado, ele deve apenas ouvir procurando guiá-lo, levando-o a precisar, desenvolver e aprofundar os pontos abordados mantendo-se interessado em sua fala. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são, de acordo com a Resolução 466/96 “toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados” e cabe ao pesquisador tentar minimizá-los. O risco presente nesta pesquisa está relacionado a questões generalistas, no que se relaciona com informações que demonstram a violação de seus direitos sociais, já que a moradia, saúde, educação, dentre outros são direitos constitucionais que devem ser garantidos pela família, Estado e sociedade civil. Há princípios garantidos na Política Nacional para a população em situação de Rua, que prevêem igualdade e equidade: I – respeito à dignidade da pessoa humana; II – direito à convivência familiar e comunitária; III – valorização e respeito à vida e à cidadania; atendimento humanizado e universalidade e V- respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial as pessoas com deficiência. (Política Nacional para a População em Situação de Rua, decreto nº 7053 23/12/2009). Se você aceitar participar da presente pesquisa contribuirá para a especialização da área de estudo, para que os profissionais e estudantes se aprimorem sobre o tema, amadurecendo suas idéias e conceitos, e para os usuários que dispuseram de seu tempo para realizar as entrevistas, com o objetivo de ampliar sua visão sobre a política de assistência social de seu município. Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa

estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor (a). Para qualquer outra informação o Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (12) 98196-8471, e-mail: michelesuave@hotmail.com. Inclusive ligações à cobrar, e-mail. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br.

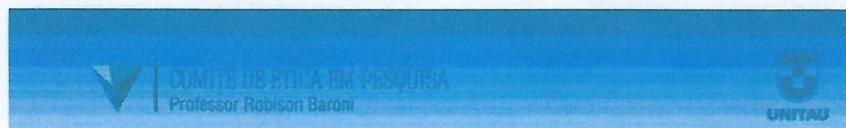
NOME DO PESQUISADOR: Prof^{ra} Dra. Angela Michele Suave.



Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador do documento de Identidade fui informado (a) dos objetivos da pesquisa População em situação de rua e as possibilidades para mudar sua realidade no município de Taubaté-SP, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Taubaté, ___ de _____ de 2017.



Assinatura do (a) Participante

ANEXO B**Parecer de aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética****PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS POSSIBILIDADES PARA MUDAR SUA REALIDADE NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ.

Pesquisador: Angela Michele Suave

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 71607617.5.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.344.174

Apresentação do Projeto:

A pesquisa trabalhará a questão de direitos sociais de moradores de rua de cidade do Vale do Paraíba, que serão abordados em seus locais de moradia.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as possibilidades de efetivação dos direitos sociais de sujeitos em situação de rua do município.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segunda a autora "Riscos:- De acordo com a Resolução 466/96 "toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados" e cabe ao pesquisador tentar minimizá-los. O risco presente nesta pesquisa está relacionado a questões generalistas, no que se relaciona com informações que demonstram a violação de seus direitos sociais, já que a moradia, saúde, educação, dentre outros são direitos constitucionais que devem ser garantidos pela família, Estado e sociedade civil."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

1. A pesquisa com participantes em situação vulnerável, ao detectar qualquer adversidade o participante deverá ter garantido o atendimento;
2. O cronograma não está de acordo com as etapas da pesquisa, atualizar.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cepunitau@unitau.br



Professor
Robison
Baroni

UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 2.344.174

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. O TCLE está numa linguagem que possivelmente não tenha condição de pleno entendimento da pessoa que será entrevistada;
2. O texto cita que o nome do participante não será publicado sem a autorização deste, a identidade dele não poderá revelada em hipótese alguma.
3. Um morador de rua terá acesso a e-mail e telefone para recorrer, se precisar?;
4. Será que o participante tem documentação (RG)? Não tem espaço para colocar o número do documento;
5. Reapresentar TCLE mais ao apropriado ao perfil do participante;
6. É necessário garantir encaminhamento a serviço de saúde no caso de descoberta de alguma enfermidade ou necessidade mais urgente;
7. Considero o Termo não adequado para estes participantes da pesquisa.

Recomendações:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté recomenda a entrega do relatório final ao término da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 20/10/2017, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_915692.pdf	28/09/2017 14:50:20		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento.pdf	28/09/2017 14:45:28	Angela Michele Suave	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_final.docx	20/07/2017 15:47:08	Angela Michele Suave	Aceito

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATE

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cepunitau@unitau.br



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 2.344.174

Folha de Rosto	Roberta.pdf	05/05/2017 21:54:54	Angela Michele Suave	Aceito
----------------	-------------	------------------------	-------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TAUBATE, 23 de Outubro de 2017

Assinado por:
José Roberto Cortelli
(Coordenador)

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cepunitau@unitau.br



Departamento de Serviço Social
 Rua Visconde do Rio Branco nº22
 Taubaté – SP CEP: 12020-040
 Telefone: (12) 3621.8958 FAX: (12) 3621-8958
 Email: ssocial.unitau@gmail.com

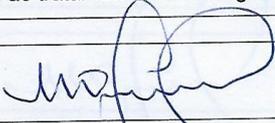
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - 2019
 TRABALHO DE GRADUAÇÃO

PARECER AVALIATIVO

Título: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS POSSIBILIDADES PARA MUDAR SUA REALIDADE NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ	
Estudante: ROBERTA BRITO DE BULHÕES CASCARDI	
Membro da Banca/CRESS: MÔNICA MARIA NUNES DA TRINDADE SIQUEIRA CRESS Nº 15.853	Categoria: PROFESSOR ORIENTADOR

A aluna traz a sensibilidade ao tratar do tema "População em situação de rua." Falar do acesso às políticas sociais é fundamental. É o acolhimento, a construção de novos vínculos seja em uma família ou amigos este pode ser um caminho para o trabalho social com este público. Difícilmente se avançará no trabalho com a população em situação de rua sem apoio de vínculos afetivos. Os serviços de assistência social também pode fazer a diferença – na qualidade do acolhimento e atendimento, o trabalho social com foco em direitos e simultaneamente em sua autoestima ofertando condições mínimas para que possa sair da rua se assim o desejar. A aluna com sensibilidade aponta as principais razões que os levaram a rua e como seus direitos tem sido efetivados pelas políticas sociais. Foi visível que há muito a se avançar neste serviço e o papel do assistente social é fundamental. É na articulação das políticas setoriais que se pode avançar em resultados efetivos para com a população em situação de rua, seja na moradia, trabalho, educação, saúde e assistência social. Há clareza na exposição das ideias e utilização de terminologia técnica. Há coerência entre os aportes teóricos e análise dos dados. A bibliografia é pertinente ao tema e atualizada. A aluna demonstrou compromisso ético político e sensibilidade ao tratar um tema tão significativo para a nossa profissão.

Taubaté, 18 de dezembro de 2019


 Mônica Maria Nunes da Trindade Siqueira
 CRESS Nº 15.853



Departamento de Serviço Social
 Rua Visconde do Rio Branco nº22
 Taubaté – SP CEP.: 12020-040
 Fone: (12) 3625-4240; Fone/fax: (12) 3621-8958
ssocial@unitau.br

TRABALHO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - 2019
PARECER AVALIATIVO

Título: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS POSSIBILIDADES PARA MUDAR SUA REALIDADE NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ	
Estudante: Roberta Brito de Bulhões Cascardi	
Membro da Banca: Carmen Lúcia David de Oliveira CRESS: 23.136	Categoria: Assistente Social

PARECER

Diante do trabalho apresentado é de suma importância a intervenção do assistente social que busca melhorar a qualidade de vida da população que vive nas ruas em situação vulnerável. O papel do assistente social é atuar de forma a preservar direitos e buscar o acesso aos direitos de moradia, trabalho e tratamento para as drogas, resgatando sua cidadania. A intervenção não é só do assistente social e sim de todos os profissionais que atuam junto às redes de serviços das políticas intersectoriais. A Política da Assistência Social por sua vez, é recebida como um eixo que deve reordenar suas práticas respeitando a heterogeneidade e diversidade dos moradores de rua. Cabe à Assistência Social o cadastro e inserção dos moradores em situação de rua em iniciativas governamentais de assistência como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e reinserção no Mercado de trabalho. A contribuição do estudo para a atuação do assistente social é de total relevância, pois partindo da realidade das pessoas em situação de rua o profissional irá trabalhar no desenvolvimento e aplicação de serviços, programas e projetos para o acesso e garantia de direitos deste público. A estagiária coletou dados relevantes para sua atuação, através de conhecimentos teóricos e habilidades práticas que foi de extrema importância não só na construção da carreira, mas também para seu desenvolvimento pessoal.

[Assinatura]
Local/Data: 18 de Dezembro de 2019